

MARA LUCIA CRISTAN

O PAPEL DO TRABALHO NA TRANSFORMAÇÃO DO HOMEM EM MACACO: ESTUDO
SOBRE A DISCIPLINA DO TRABALHO DO JOGADOR PROFISSIONAL DO
SERTÃOZINHO F.C.

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação Física à Comissão Julgadora da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação do Prof. Dr. Ademir Gerbara. *OK*

UNICAMP - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

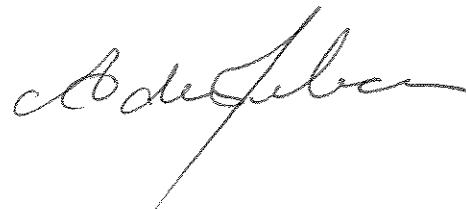
Campinas - 1992.

MARA LUCIA CRISTAN

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação de Mestrado de fendida por MARA LUCIA CRISTAN e aprovada pela Comissão Julgadora da FEF/UNICAMP, em 21 de setembro de 1992.

Data: 21/09/92

Assinatura:



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

CAMPINAS - SÃO PAULO

1992.

UNICAMP

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Ademir Gehaga, pela orientação e incentivo à minha carreira profissional.

Ao pessoal do Grupo de História da FEF, pelo diálogo e contribuições.

COMISSÃO JULGADORA

Abdus Salam
e Chajim Mintei
Luzaco

SUMARIO

Introdução	01
1- Sociologia do Esporte ou "O Fatinho Feio"	05
2- O Caso do Caso Escolhido	13
1- CAPÍTULO I	16
1- Caso e Técnicas	16
2- O Olhar do Observador	22
2.a- Seleção de Sujeitos e Técnicas de Entrevista e Abor- dagem	22
2.b- A Organização, a Crítica e a Classificação	25
3- Da Teoria à Empíria e vice-versa	27
2- CAPÍTULO II	29
1- Esporte e Sociedade	29
2- Esporte e Produção	38
2.a- Referências para Análise	39
3- CAPÍTULO III	48
1- O Trabalho	48
2- Esporte e Trabalho	67
3- Esporte e Lazer	84

4- CAPÍTULO IV	97
1- Ideologia e suas Funções	97
2- O Conceito de Ideologia	99
2.a- Ideologia para Engel e Marx	99
2.b- Para Ricoeur	100
2.b.a- Função Geral da Ideologia	101
2.b.b- Função de Dominação	104
2.b.c- Função de Deformação	105
5- CAPÍTULO V	106
1- Quem é o Sertãozinho Futebol Clube	106
2- Trabalho no "Esporte Espetacular"	112
2.a- Mercado do "Trabalho Leve"	112
2.b- "Era um contrato de gaveta"	114
2.c- Casa, Comida e Roupa Lavada	118
2.d- Quem é que vai pagar por isto ?	119
2.e- Seguro e outros Riscos	122
2.f- A Política no Futebol e o Futebol na Política	125
2.g- Ossos do Ofício	127
2.h- Vida Fácil e Disciplina do Trabalho	128
2.i- Hierarquia do Trabalho	133
3- Condições de Produção do Espetáculo	139
4- A Representação da Profissão	143
6- CONCLUSÃO	147

7- NOTAS -

8- BIBLIOGRAFIA -

RESUMO

O objetivo do estudo foi formular uma referência analítica para diferenciar o esporte praticado por lazer, do esporte inserido no âmbito da produção do espetáculo desportivo.

As categorias desenvolvidas visavam especificar elementos do trabalho contidos na disciplina sob a qual é submetido o jogador profissional.

As características objetivas (hierarquia de funções, correspondida à outra de salários, introdução de técnicas que limitam a criatividade nos esquemas de ação motriz, mercadorização da força de trabalho, sujeição à uma autoridade e interesses extrínsecos à lógica do jogo, controle de horários e hábitos) foram identificadas através dos depoimentos dos jogadores do Ser-tãozinho F.C.

Na fala destes jogadores encontramos não só a matéria para a pesquisa empírica, como percebemos a função ocupada pela ideologia na construção da autoimagem do grupo e na perpetuação de uma prática profissional desqualificada socialmente onde o corpo é o instrumento de trabalho.

INTRODUÇÃO

Em 21 de julho de 1970 a seleção brasileira conquistou definitivamente a Taça Jules Rimet. No dia 23 o recém empossado Presidente da República, General Emilio Garrastazu Médice, decretou feriado nacional. Foi o mesmo general que instituiu a Loteria Esportiva no país, alavancou a abertura da Transamazônica, intensificou a repressão aos movimentos contestatários da esquerda e impôs rígida censura aos meios de comunicação.

Getúlio Vargas foi celebrado ao legalizar a prática da capoeira e mestre Pastinha abriu em 1927, na Bahia, a primeira academia do país. Entre as famosas perseguições aos capoeiras pela polícia, durante a República e a transformação desta em espetáculo para turistas teve importante papel sua institucionalização pelo "Pai da Nação".

Mais do que a tradicional decida da rampa, as manhãs de domingo na Casa da Dinda superam muitas das formas de marketing político encontradas pelos assessores de Collor. Fórmula utilizada com sucesso durante a campanha presidencial, o cooper, o iet-ski e a prática de algumas modalidades esportivas, vêm obtendo receptividade entre uma população que pouco partilha da imagem de saúde e valentia que a figura veiculada pela mídia sugere.

Aleatoriamente "pincados" da história, estes exemplos ilustram algumas das mil e uma utilidades que o esporte adquire em projetos políticos diferentes.

O uso do esporte, mas sobretudo do futebol, em especial nos anos 70, para preencher os espaços do noticiário jornalístico, ou a esportivização de uma manifestação popular para firmar um modelo de absorção e esvaziamento das formas da cultura popular pelo Estado, ou seu uso como componente de uma imagem e de um novo "estilo" para os políticos do "Brasil Novo", têm sido frequentemente assossiado à idéia bastante difundida de que o esporte é um simulacro da política romana do "panis et circensis".

A aceitação dessa idéia e análise mecânica que dela derivaram pode ser uma das razões pela qual os sociólogos brasileiros reservaram tamanho desinteresse as questões relativas ao esporte. Prova disso são os escassos estudos desenvolvidos no país a respeito do tema (1).

Talvez isto, ou quem sabe a própria orientação sociológica que procura justificar e entender determinados fenômenos sociais como consequência direta da relação de dominação econômica oriunda da divisão da sociedade em classes antagônicas permanentemente em luta, seja uma explicação aceitável para o atraso em que se encontra a Sociologia do Esporte no país.

Mais preocupados com as "questões sérias" da sociedade muitos sociólogos entenderam o esporte como um tema menor. Todavia, se ao que tudo indica foi este o curso seguido pelos sociólogos,

o rumo das discussões sobre o fenômeno esportivo entre os estudiosos da Educação Física brasileira padeceu, em alguns casos, de problemas similares.

Nos idos dos anos 60 e 70 percebendo a excessiva militarização e tecnicismo imperantes na abordagens então formuladas, alguns estudiosos da área passaram a fazer uso de outras referências para realização de suas pesquisas (2).

Procurando em outras áreas de conhecimento amparo para suas suposições passou-se a promover uma justaposição desordenada de conhecimentos que, lamentavelmente, pouca contribuição trouxe para a Educação Física no plano da constituição de um corpo teórico específico para sua área de atuação.

Excessões à parte, o lugar comum da tão desejada interdisciplinaridade, da multidisciplinaridade, da transdisciplinaridade, pouca colaboração têm trazido para o desenvolvimento do que se pretende uma interface entre a Sociologia e a Educação Física. Pelo menos é o que entendemos dentro das concepções que este estudo toma por base.

Sem uma noção clara do objeto e dos objetivos da pesquisa em Educação Física ficou bastante difícil entrecruzar os conhecimentos que a Sociologia produziu com o que os profissionais da Educação Física reclamam como sua área de competência.

Alguns estudos inscritos neste projeto interdisciplinar incorrem, tanto quanto os sociólogos, no problema de tomar o desporto como mero reproduutor de mecanismos de dominação so-

cial sem contudo demonstrar as determinações específicas (em condições espaço-temporais peculiares e por meio de que ações motrizes) nas quais este mecanismo desempenha suas funções (3).

Entretanto, embora chegando a conclusões semelhantes, há uma diferença entre a perspectiva adotada pelos sociólogos da que assumem os "motricistas" (4). Enquanto os primeiros consideram o assunto como um tema menor para a pesquisa, os "motricistas" passam a fazer do esporte e das questões da Educação Física o canal de explicação para todos os problemas da sociedade.

Somada a esta inversão, alguns aspirantes à pesquisa em Sociologia do Esporte têm feito da transposição ou da tradução quase literal de esquemas conceituais utilizados em países onde tanto a cultura, como a posição ocupada diante dos pólos de acumulação de capital são diferentes, máximas que raramente são confrontadas com a pesquisa empírica.

Em parte os problemas acusados provavelmente tenham uma raiz comum às dificuldades enfrentadas pelos sociólogos do esporte europeus. Apesar do incontestável avanço da pesquisa na área, sobretudo na França e na Alemanha, o aparecimento recente da Sociologia do Esporte (5) não autoriza a identificação de quadros conceituais e metodológicos amplamente adaptados às questões bastante particulares que o fenômeno esportivo impõe a seus analistas.

Enfim, diante dos apontamentos realizados podemos adicionar, às questões tratadas o problema de inserirmos a pesquisa em

Sociologia do Esporte em um país cuja realidade política abre poucos espaços além da procura de soluções para manutenção da sobrevivência no nível de existência do dispêndio da força de trabalho, da conformação aos padrões do subemprego ou da espera nas longas filas do exército industrial de reserva.

Neste contexto é compreensível que o estágio alcançado no Brasil pela pesquisa na área não tenha atingido o patamar desejado, pois as condições infra e super-estruturais parecem não comportar projetos de implantação de modelos que ultrapassem o nível em que as necessidades sociais são consideradas no país.

1- SOCIOLOGIA DO ESPORTE OU "O PATINHO FEIO"

Não constitui novidade que o estudo do esporte, em suas correlações com a sociedade, pode ser empreendido através de múltiplas abordagens, indo dos enfoques históricos, antropológicos, políticos, filosóficos, sociológicos, etc. Todos eles, não importando sob qual corrente teórica esteja sendo perspectivado, procuram apresentar soluções, mesmo que transitórias, para problemas da ordem das estruturas sociais e seus laços com o fenômeno tomado como objeto de explicação.

A matriz analítica sobre a qual pretendemos situar este trabalho procura inscrever-se nos domínios da Sociologia do Esporte. Tomar como linha de referência esta área de conhecimento nos coloca diante de um primeiro traço de complexidade da análise pretendida.

As dificuldades para constituição da Sociologia do Esporte começam dentro da própria lógica que rege o funcionamento do campo científico. É que, de um lado ela está entre o universo da Sociologia e o universo do Esporte e a lógica da divisão do trabalho tende a se reproduzir na divisão do trabalho científico.

Dito de outra forma: há pessoas que conhecem muito bem o esporte sob um modo prático, técnico, mas que desprezam dele a reflexão de sua inserção na sociedade e, no reverso da moeda, existem outras pessoas que conhecem mal o esporte de forma prática, mas podem apreendê-lo sob o prisma de observação das interrelações entre este fenômeno e os processos sociais que com ele estão correlacionados.

Sem ter uma noção do significado da transposição da divisão do trabalho para a produção científica e ainda bastante atrelados ao corporativismo praticado no mercado da profissão, alguns colegas recusaram-se ao debate desse nosso estudo.

Esta postura de resistência, sem dúvida um indicador de rejeição à problematização e à linha de aproximação propostas por este estudo, possivelmente pode ser esclarecida e relacionada ao fato de que estes colegas, como já havíamos apontado, desconhe-

ciam algumas "leis" que regulam o mercado das produções científicas, mas especialmente porque recente, a Sociologia do Esporte não tem reconhecidas suas tarefas por muitos estudiosos que "militam" na Educação Física e na Sociologia.

A tarefa, ou pelo menos parte dela, da Sociologia do Esporte parece não estar bem definida para muitos dos pesquisadores brasileiros que lidam com o fenômeno desportivo.

A importância do estudo da dimensão social do esporte pode ser intuída por meio da identificação dos objetivos que devem estar presentes para o sociólogo ao realizar sua pesquisa. A proposição que assumimos é de que ao sociólogo cabe pensar o espaço das práticas esportivas como inserido em um processo onde cada elemento possui seu valor distintivo. Sendo assim, entendemos como objetivos pertinentes à Sociologia do Esporte a construção, a partir de alguns indicadores, de explicações que tornem inteligível a distribuição social de determinadas práticas esportivas, ou situe seus praticantes no espaço social, ou demonstre a constituição das diversas instâncias da organização e da burocracia no esporte, ou explicita as características sociais dos dirigentes, ou interprete os modos de produção, distribuição e consumo neste campo de práticas, etc. (BOURDIEU, 1987)

Em outro nível de aproximação a Sociologia do Esporte pode versar sobre as implicações sociais do contato direto, do corpo à corpo, como no boxe, ou, pelo contrário, dos esquemas motrizes

onde todo contato é excluído, como no salto ornamental, ou nos esportes onde há intermediação de instrumentos, como no tiro e na esgrima, ou em modalidades em que os movimentos são forçosamente repetitivos e o ambiente é estandardizado, como a natação em piscina, ou não, como nos modernos esportes ecológicos, como sugere o sociólogo Pierre Parlebás. (PARLEBAS, 1989)

Tanto no primeiro, como no segundo tipo de explanação o trabalho do sociólogo consistiria em estabelecer as propriedades socialmente pertinentes através das quais podemos detectar a afinidade de determinada categoria social em seus gostos, preferências e interesses por certa modalidade esportiva. Em resumo, o que se pode esperar da pesquisa em Sociologia do Esporte é que por meio dela seja possível estabelecer os elos que fazem a ligação entre a sociedade e o fenômeno esportivo (6).

A vinculação dos objetivos deste trabalho a esta linha de análise do esporte é recorrente ao entendimento de que as teorias e conceitos sociológicos estão melhor preparados para explicar o setor instrumental e utilitário da estrutura social.

Esta maneira de ver o papel da Sociologia na explicação do fenômeno esportivo, só pode ser completada quando pressupomos a idéia de uma totalidade articulada num dado momento histórico _ a estrutura social _ , onde desenvolvem-se sob condições determinadas as ações motrizes.

A propósito do que foi dito duas explicitações devem ser feitas: primeiro, deve ficar claro o que pretendemos dizer

quando falamos que o esporte não pode ser visto exclusivamente sob a ótica dos mecanismos monolíticos de reprodução social da dominação de classe e segundo, como corolário desta discussão, gostaríamos de apresentar o ponto de articulação entre o instrumental sociológico e a natureza do objeto-tema da Sociologia do Esporte.

Para cumprirmos o primeiro objetivo devemos introduzir uma discussão sobre a autonomia das práticas esportivas em relação aos processos sociais mais gerais da sociedade.

Com isto podemos dizer que as condições determinadas sob as quais processam-se fenômenos sociais como o desporto, não seriam outra coisa que o produto objetivo de lutas históricas realizadas em um determinado momento do tempo.

De acordo com esta interpretação dos processos sociais procuramos tratar as práticas esportivas como espaços relativamente autônomos, mas sem deixar de lado no estudo da produção do espetáculo desportivo sua interdependência às relações de troca entre mercadoria e mercadoria.

Colocado de outra forma, a relativa autonomia de que falamos pode ser exemplificada no distanciamento da prática esportiva de um profissional e de um amador, isto é, práticas situadas no mesmo campo de produção, mas direcionadas em sentidos opostos.

Nos dois casos é preciso observar a constituição de esferas relativamente autônomas, onde a distinção entre amadores e pro-

fissionais determina a redução dos amadores ao status de espectadores do esporte espetacular. Além do mais, a evolução do esporte profissional depende do domínio de técnicas específicas às práticas .

Este domínio de técnicas e sua demonstração, objetivo do espetáculo desportivo, tornam propícia a participação dos meios de comunicação de massa. Difundindo imagens e propagando a "falação desportiva", a mídia introduz o espectador, destituído da competência técnica, à aspectos extrínsecos à prática como o resultado, a vitória e os valores da performance.

O que autonomiza o campo da produção desportiva são, precisamente, as especificidades de seu funcionamento . Mesmo que seus elementos estabeleçam conexões com as estruturas sociais mais gerais, continuarão a existir características especiais para a geração do esporte, tais como sua distinção em relação aos fins porque é praticado, os papéis ocupados pelos sujeitos durante o desenvolvimento dos jogos, a constituição de um mercado de consumo limitado pelas necessidades que o espetáculo e a prática esportiva exigem, a separação entre amadores e profissionais e o domínio de técnicas próprias.

Sobre este aspecto surge outra dificuldade em Sociologia do Esporte, esta reside no fato de que ao lado de uma tradição na nomenclatura de alguns esportes (futebol, remo, judô, natação, etc), retida na comparação estatística dos recordes e dos melhores, marca-se, atualmente, uma dispersão de praticantes. (recor-

rentes à outras motivações para a prática esportiva que não as do atleta profissional), acompanhada por uma diversificação de modalidades esportivas.

O conjunto de problemas que a falta de um parâmetro de análise provoca quando tentamos caracterizar e discernir os níveis de prática no campo esportivo, sobretudo quando desta caracterização dependem os procedimentos a serem adotados na pesquisa empírica, têm recebido atenção especial nos estudos do Dr. Pierre Parlebas.

Para ele a caracterização e distinção das práticas devem ser procuradas não em sua diversidade, mas no que elas possuem de comum: a ação motriz.

Os esquemas de ação motriz e as matrizes combinatórias das ações possíveis podem determinar as características de cada jogo, o que permite estabelecer ligações entre as determinações típicas da modalidade esportiva e os interesses e preferências de dados segmentos sociais pela prática em questão.

A base sobre a qual este esquema analítico foi construído pode ser encontrada no conceito de ação motriz. Discutido no segundo capítulo, o conceito de ação motriz consiste no elo que procuramos estabelecer entre o instrumental sociológico e a prática esportiva.

Este conceito, ao ampliar os horizontes da pesquisa na medida em que ocasiona a análise de inúmeras formas de atividade física sem incorrer nos problemas de centrar excessivamente a

atenção no indivíduo, tarefa mais indicada à um psicólogo, ou de anular, no levantamento e compreensão dos fatos, a contribuição de outras determinações pertinentes à lógica de funcionamento do campo esportivo, permitiu o nosso ensaio no entrecruzamento entre os universos da Sociologia e do esporte.

Assumido o pressuposto de que o estudo do esporte, das ações motrizes em última instância, não possui o intento de colocar análise deste fenômeno como canal de explicação global para todos os demais fenômenos sociais e, mais ainda, procurando não negar a autonomia relativa da produção destas ações motrizes referente às condições históricas onde ocorrem, estamos procurando sair da armadilha colocada à todo estudioso que exagera a importância de seu trabalho para o devir social.

Exatamente neste ponto a adoção do conceito de ação motriz abriu brechas para fuga à este problema, isto é, a pertinência do conceito está em auxiliar na delimitação do raio de ação desta pesquisa. Tendo à seu favor esta vantagem e as demais apresentadas, o uso do conceito de ação motriz possibilitou o alcance da distinção entre prática esportiva profissional e prática de lazer nos esportes, assunto discutido no terceiro capítulo.

A construção dos conceitos que tornaram operacionalizáveis os procedimentos empíricos foi, em parte, testada no capítulo subsequente através da apresentação dos dados tratados, obtidos na pesquisa de campo.

A articulação entre a proposta teórica e a pesquisa empírica, que este estudo desenvolveu e da qual se valeu, expõe o objetivo geral deste trabalho, ou seja, procuramos, no quanto foi possível, testar os conceitos produzidos. Através de sua aplicação tentamos demonstrar como alguns aspectos disciplinares da profissão de atleta são representados pelos próprios jogadores do caso escolhido para estudo, o Sertãozinho Futebol Clube.

Os objetivos mais específicos se inscrevem na busca das evidências canalizadoras da constatação da existência de traços do trabalho manifestados no campo da produção do espetáculo esportivo.

Hierarquia de funções, escala de salários, aspectos da contratação, etc., parecem compor um quadro pertinente à disciplina do trabalho no esporte, marcando a distinção entre uma prática motriz profissional de outra inclusa no âmbito do lazer.

2- O CASO DO CASO ESCOLHIDO

A escolha do caso para realização da pesquisa de campo, outro item de grande importância na preparação do estudo devido às críticas que tracamos para as especulações empreendidas sem

fundamentação empírica, deu-se em razão de tres aspectos principais.

Primeiro, porque, em função da participação anterior em pesquisas na região de Ribeirão Preto-SP, já detínhamos uma noção prévia do panorama econômico e político da cidade de Sertãozinho, cidade onde está instalada a sede do Sertãozinho F.C.

Segundo, porque o clube participa dos campeonatos da Federação Paulista de Futebol na Terceira Divisão, o que implica em dupla vantagem: o Sertãozinho F.C. cumpre o requisito da profissionalização legalmente regulamentada e, depois, lidamos com um time de dimensões menores, onde são minoradas as proporções de intermediação entre uma instância e outra no interior da estrutura organizacional do clube. Isto facilitou bastante o acesso aos autores dos depoimentos coletados e utilizados como matéria da pesquisa.

Por último, as próprias restrições da pesquisa no nível das dissertações contribuíram para a opção realizada. Neste interim podemos apontar a falta de equipe para realização da coleta e tratamento dos dados, a exiguidade de recursos e a necessidade de delimitar com alguma precisão o universo da pesquisa e, enfim, porque no processo de recorte das inserções do objeto tivemos sempre em mente o factível e a consciência de nossas limitações.

Esclarecidos estes aspectos da realização da pesquisa, convidamos o leitor a conhecer o nosso trabalho, que se inicia com

a apresentação do método e procedimentos adotados na pesquisa de campo no capítulo um: posteriormente tece considerações sobre a discussão do fenômeno esportivo baseado na literatura visitada, no capítulo dois: depois apresenta os conceitos desenvolvidos e aprimorados após a confrontação com os dados, no capítulo três: dados estes que foram tratados e cuja análise é matéria para o quarto capítulo: e, finalmente concluimos o estudo por nós empreendido no quinto capítulo.

CAPÍTULO I

1- CASO E TÉCNICAS

A finalidade do capítulo em pauta está em explicar os procedimentos-chaves utilizados para a realização da passagem do "real visto" a uma visão mais ordenada do objeto-tema, segundo a estrutura de referência teórica desenvolvida neste estudo. Em outras palavras, com este capítulo procuramos explicitar os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa de campo e através do qual obtivemos os indicadores necessários para a instauração de um método que fosse capaz de possibilitar a reconstrução das estruturas objetivas, materializadas por meio de representações subjetivas.

Em termos mais concretos, podemos dizer que este capítulo procura expor quais as técnicas colocadas em prática durante o processo de coleta dos dados e de que maneira foi possível reunir os indicadores de validação da hipótese de transposição de elementos da disciplina do trabalho para o esporte, mais precisamente para o futebol.

Caracterizar o fenômeno não foi o problema que esta parte do texto tomou como central, mas sim a descrição, sempre que possível, de etapas da coleta do material empírico que concedeu sustentação à tese de introdução da disciplina do trabalho à ação motriz no futebol, do processo de mercadorização da mão-de-obra consumida nos espetáculos resultantes deste campo de produção.

Ao nosso leitor, pretendemos tornar patente a inexistência de pretensões no sentido de incluirmos no estudo a apresentação de todas as decisões tomadas no transcurso do processo de pesquisa.

Isto se esclarece quando contamos com um aspecto que é, do ponto de vista assumido, relevante para que chequássemos a determinadas decisões pois, considerando a existência de um método de pesquisa e de um método de exposição do produto final do trabalho, partes relativamente significativas do processo de pesquisa (a realização do recorte epistemológico dado ao objeto pode ser um exemplo) não foram definidas como a demonstração de um exercício aritmético. Contudo, estas operações do raciocínio poderão ser antevistas enquanto posições defendidas ao longo da redação do texto.

De melhor forma, a exposição do trabalho em seu conjunto procura responder a expectativa de explicitação de segmentos do método de análise, reafirmando o objetivo principal do presente capítulo que é o de apresentar o método em seu sentido mais téc-

nico.

Kelf, citado por Florestan Fernandes (FERNANDES, 1973), salienta que o termo método comporta duas significações na semântica da ciência e pode ser aplicado tanto em seu sentido "técnico", quanto em sentido lógico. No primeiro caso ele denota as manipulações analíticas através das quais o investigador procura assegurar condições vantajosas de observação do fenômeno.

É também este o emprego do termo método que é utilizado na produção deste texto, ou seja, neste capítulo pretende-se inventariar, de forma sucinta, as técnicas que permitiram, em correlação às categorias explicativas adotadas, a constituição do tema discutido.

Para tanto a hipótese de base (relação desporto X mundo do trabalho) guiou uma investigação de campo onde o fenômeno pôde ser observado tomando como instrumental de pesquisa técnicas articuladas à estrutura de referência teórica desenvolvida neste trabalho.

Cremos que o resultado do entrelaçamento entre os pressupostos teóricos, levantados nos conceitos elaborados, e a proposta de andamento técnico da pesquisa de campo foi, também, um dos critérios para que elegermos o Sertãozinho Futebol Clube como o sítio para nosso trabalho empírico.

Como já havíamos dito na introdução a seleção do caso, importante etapa da investigação, partiu de um contato prévio com a região acopolítica em que se situa a cidade de Sertãozinho-SP.

Tal contato foi estabelecido no final dos anos oitenta durante a realização de um projeto de pesquisa (1).

O tema central desta pesquisa eram as relações de trabalho no campo e as estratégias de sobrevivência utilizadas por trabalhadores rurais. Esta abordagem, sem dúvida distante da problematização e do tema de estudos aqui proposto, possibilitou a observação de algumas táticas de legitimação das relações políticas que davam substrato às relações de trabalho.

Dentre as estratégias de legitimação observadas, estiveram as que conferiam aos políticos e proprietários locais um certo carisma perante parcelas da população das quase quinze cidades-dormitório que compõem a paisagem da "Califórnia Brasileira".

O modelo concentracionista da agro-indústria álcool açucareira da região de Ribeirão Preto, parece fornecer subsídios necessários à sustentação do carisma destes chefes locais e de seus "hobbies" (FOLHA DE SÃO PAULO, 28/02/88-p. 36). Nestes se inclui o patrocínio de alguns times de futebol pertencentes a usinas ou não, mas que mantêm laços com as unidades produtivas de propriedade de alguns representantes da classe dominante local.

Entre os times da região, o Sertãozinho F.C. parecia refletir uma situação que se repete com alguma frequência em outras localidades paulistas onde prevalece a produção agroindustrial. Isto é, em linhas bem gerais, o mesmo modelo de "financiamento" parece aplicar-se a times como o União São João, patrocinado

pela usina, de mesmo nome, de propriedade de uma das maiores fortunas latifundiárias do interior paulista, a família Ometto.

Todavia, se as especulações iniciais iam neste sentido, havia um problema tão importante quanto decidir como abordar a questão: estabelecer critérios que tornassem mais claros os aspectos do espetáculo desportivo, assim como a formalização das relações de trabalho em seu interior.

O problema estava em dispor de um conjunto de conceitos que permitissem colocar nos alvos da pesquisa o binômio esporte/produção.

A princípio víamos duas saídas: ou permanecíamos relacionando a explicação dos fatos locais do futebol ao chavão do "bão e circo", ou procuraríamos explorar a questão, ainda dentro dos limites permitidos pelo desenvolvimento da Sociologia do Esporte no país, propondo uma revisão dos conceitos que até então eram tradicionalmente aplicados às análises do fenômeno desportivo.

Nossa procura estava, portanto, não apenas em elaborar um esquema analítico, um conceito, mas em testar sua aplicabilidade diante do caso que instigou, às dúvidas e problemas levantados.

Frente à isto novos problemas foram surgindo. É que, além de contarmos com um material bibliográfico bastante escasso e frágil, nos deparamos com o fato de não haver um relativo avanço da pesquisa qualitativa em Educação Física.

Tendo na base estes problemas e tentando encontrar uma solução, mesmo que transitória, passamos a entender que as ins-

tâncias empíricas que deveriam reproduzir o fenômeno demandante de explicação, seriam escolhidas, como se fará notar, em desacordo com critérios de importância avaliados segundo as possibilidades de tratamento rigoroso, do ponto de vista de um suposto método de pesquisa onde houvesse uma garantia absoluta de neutralidade do sujeito em relação aos problemas da pesquisa.

Isto merece melhores esclarecimentos, ou seja, entendemos que esta é uma garantia de improvável aquisição, pois o sujeito realizador do trabalho de pesquisa está incluído numa cultura, numa sociedade, numa história, de modo a não se poder negar que nossa reflexão está centrada em questões do nosso tempo.

Sofrendo nosso poder de problematização das mesmas limitações que o desenvolvimento científico do período em que estamos inseridos, as soluções e respostas que encontrarmos estará, inevitavelmente, coniuada à nossa posição social. Mesmo que a barra seja forçada, a imposição deste problema chega até mesmo a orientar-se pelas circunstâncias, dentre outras, de consumo no mercado das produções científicas.

Dito de outra maneira, entendemos que a escolha dos parâmetros que conferiram objetividade e validação à sistematização dos fatos e fenômenos imediatos, ou seja, os instrumentos e técnicas utilizadas durante o processo de observação do fenômeno, têm estabelecida uma relação bastante estreita com valores subjetivos de quem comanda o processo de pesquisa.

2- O OLHAR DO OBSERVADOR

A importante fase da observação, neste estudo, teve início quando foram escolhidos os instrumentos que permitiram coletar os dados. Estes, quando analisados, possibilitaram uma passagem das imagens sensíveis do fenômeno para imagens unitárias de suas propriedades e das condições em que foi produzido.

Básicamente, seguindo as indicações do professor Florestan Fernandes (FERNANDES, 1973), foram três os passos elementares para realização da observação, os quais passaremos a elucidar.

2.1- Seleção de Sujeitos e Técnicas de Entrevista e Abordagem

Operações que possibilitaram acúmulo de dados brutos, sobre os quais foram aplicadas as categorias analíticas desenvolvidas, explicitadas no capítulo III através de conceitos.

A este primeiro grupo de operações corresponderam técnicas específicas, como entrevistas direcionadas, entrevistas semi-estruturadas e não diretivas (2).

A amostra, sob a qual estas técnicas foram aplicadas, numa descrição sucinta dos sujeitos investigados, foi composta pela totalidade dos jogadores que desempenhavam atividades profissionais no Sertãozinho Futebol Clube, dentre estes incluem-se alguns jogadores da categoria Júniores que recebem salários e mantêm contratos informais de trabalho, corpo técnico (técnico e preparador físico) e por alguns dirigentes que se mostraram dispostos à participar da entrevista.

Inquiridos pelos critérios de acessibilidade e selecionados segundo as funções ocupadas dentro da estrutura organizacional do time, não foi nosso objetivo ver nos protagonistas do discurso a presença física, mas a representação de lugares determinados na estrutura de formação do clube.

Assim, no interior da estrutura organizacional do clube pudemos perceber que existem lugares e funções distintas. O "lugar" do diretor, do técnico, do jogador, cada um marcado por propriedades diferenciais.

Do alto dos "lugares" que cada sujeito ocupa, objetivamente definíveis, emite-se uma fala, um discurso através do qual pode-se identificar a posição que destinador e destinatário atribuem a si mesmos. Portanto, o volume de entrevistas realizadas só se justifica pela repetição de depoimentos semelhantes, emitidos em circunstâncias parecidas, o que, em última instância, foi o critério de importância atribuído à fala selecionada para posterior tratamento.

A este requisito acomodamos perguntas solicitando informações, previamente contidas nas perguntas das entrevistas semi-estruturadas aplicadas, que diziam respeito aos aspectos de maior interesse para este estudo, quer sejam: a apreensão das relações de trabalho travadas entre os jogadores e o clube.

Para esclarecimento desta relação, outros sujeitos também foram incluídos como alvo da pesquisa. Na intenção de fornecer subsídios para a coleta de dados brutos, foram inquiridos patrocinadores, políticos diretamente ligados à organização do desporto na cidade de Sertãozinho (dirigente da CME e Diretor da Divisão Municipal de Esportes) e um caso bastante especial de um informante que, pelo indicado, é a única memória viva do Sertãozinho Futebol Clube.

Com oitenta e quatro anos de idade e conhecido por Seu Pedro Faria, o ex-presidente do Sertãozinho F.C. não só dispunha de excelente material fotográfico do time, como é dono da memória de tantos fatos perdidos da história do clube.

O relato do Seu Pedro foi, somado ao único documento encontrado na Biblioteca Municipal de Sertãozinho, um referencial valioso para a pesquisa de campo. Especialmente porque não foram encontradas outras fontes primárias com que contrastar os dados da pesquisa empírica, principalmente para as entrevistas realizadas entre os dirigentes do clube.

2.b- A Organização, a Crítica e a Classificação

Para a organização, crítica e classificação dos dados levantados as técnicas são as mesmas utilizadas para as pesquisas de campo e de arquivos, o que pode mudar é o fato de receberem ou não tratamento estatístico (FERNANDES, 1973).

Sobre isto algo deve ser reafirmado, é que a amostra deste estudo, como já havíamos comentado, não teve por alternativa o método quantitativo. O instrumental estatístico, um dos indicadores desta alternativa metodológica, não foi utilizado como base para o processo de análise dos dados obtidos e a seleção dos sujeitos. Além do mais, a opção pela pesquisa qualitativa impôs a acessibilidade aos sujeitos como critério de abordagem e solicitação da entrevista.

A escolha por uma metodologia que toma determinadas qualidades de um fenômeno social como substrato para sua explicação, tem como pano de fundo a crítica de que apenas a apresentação de dados estatísticos, transpostos para quadros e gráficos, poderia sugerir um efeito prejudicial à análise da atividade esportiva enquanto mercadoria.

Em síntese, a ênfase na explicação realizada através de dados observáveis, segundo relevância estatística, poderia reduzir a análise à uma separação entre fatos e seus contextos.

Em termos gerais, outro fator de peso para que não tivéssemos adotado metodologia quantitativa deveu-se à uma crítica

por nós apresentada apresentada no 62 Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CRISTAN, 1986).

Remete-se esta crítica a um questionamento da aplicação de pesquisas baseadas em métodos quantitativos na Educação Física no Brasil. Pelo que se constatou, a insistência em conceber uma ciência livre de valores, porque respaldada em dados estatísticos, distorce a relação bastante complexa entre objetividade e subjetividade na produção do conhecimento.

Firmados na certeza dos números, grande parte dos pesquisadores em Educação Física esquecem o papel determinante dos valores morais e políticos relacionados à escolha das teorias que explicam o fenômeno investigado.

Não se trata de depressão para com a utilização dos métodos quantitativos, mas através desta crítica procura-se justificar uma concepção de explicação dada à problemática que esta pesquisa envolve.

Segundo este modo de olhar, a mercadorização da ação motriz no esporte pode ser explicada através de algumas de suas qualidades. Estas, por sua vez, não são exclusivas à uma só modalidade esportiva, mas à todo tipo de ação motriz desempenhada em práticas esportivas que seja vendida como força de trabalho.

Concatenada à esta síntese de nossas suposições iniciais, a coleta de dados foi, tanto quanto o domínio técnico da bibliografia utilizada (resenhas, fichamentos, etc.), possibilitando o resgate de qualidades do fenômeno.

3- DA TEORIA A EMPÍRIA E VICE-VERSA

O tratamento dos dados dão-se por meio de operações analíticas que podem ser compreendidas em duas categorias distintas:

a- A construção de tipos empíricos "(...) que reproduzem o fenômeno concreto no estado em que ele é considerado pela investigação científica." (FERNANDES, 1973-p. 46).

Simplificando, através dessa operação cognitiva pode-se ir do fenômeno percebido pelos sentidos e técnicas empregadas em sua percepção, até o fenômeno representado no nível empírico, expondo-o em suas peculiaridades.

No caso escolhido, esta etapa é a que permite chegar à descrição do fenômeno de mercadorização da ação motriz no futebol e à correlata introdução de uma disciplina do trabalho refletida não somente em termos de organização das tarefas, mas do próprio círculo de interesses que em seu redor é montado.

b- "A descoberta de propriedades dos fenômenos que são acessíveis, de modo imediato, às modalidades já referidas de observação direta e indireta." (FERNANDES, 1973-p. 48).

Isto, em aplicação para o trabalho aqui desenvolvido, é o que será apresentado no quarto capítulo. Todavia, tratados os dados, voltamos à teoria elaborada e, a partir daí, revisamos os erros que possivelmente sem o auxílio da confrontação entre o conceito e os dados de fato não teríamos percebido.

Portanto, os sub-itens a. e b. do item 3 foram pilares para a construção dos capítulos subsequentes, assim como foram os itens 1 e 2 que explicitaram as bases sobre que erigimos os capítulos segundo e terceiro.

CAPÍTULO II

1- ESPORTE E SOCIEDADE

As objecções que fizemos ao desenvolvimento da pesquisa em Sociologia do Esporte no Brasil e os resultados da discussão anterior sugere-nos uma apresentação, mesmo que rápida, de algumas dificuldades inerentes à formulações teóricas concernentes ao fenómeno desportivo.

Para iniciarmos, poderíamos evocar a clássica concepção que qualifica o esporte como dotado de uma função niveladora frente às pressões e exigências da sociedade industrial e de suas condições de vida, configurando-o enquanto atividade que compensa, para "o corpo e a mente", os danos provocados pelo trabalho e prolonga a vida útil do trabalhador, ou contribui para o aumento da produtividade deste durante as horas de trabalho.

Estudando especificamente interpretações dadas aos esportes por filósofos, sociólogos, antropólogos e outros cientistas sociais, realizadas na Europa até a década de sessenta, Hans Lenk detectou cinco tendências de análise para a teoria da com-

Pensação:

"-Como vital motora frente a deficiente atividade corporal e ao efeito deformador do trabalho moderno.

-Como constitutiva e identificadora da personalidade de um trabalhador enormemente especializado, que só cumpre tarefas parciais e esquemáticas.

-Como integradora frente ao anonimato devido à divisão do trabalho e a alienação de todos por todos por meio de relações funcionais abstratas e da intelectualização e burocratização da vida moderna.

-Como libertadora dos instintos agressivos frente à falta de possibilidades para as reações de agressividade ou de satisfação dos instintos de rapina (Th. Veblen, Th. Adorno, K. Lorenz) em uma existência totalmente controlada pela civilização."

(LENK, 1972)

Expondo estas tendências, Lenk chama atenção para os problemas de encher-se no esporte apenas o fator compensação.

"Em qualquer caso, toda interpretação global e monolítica da função do esporte corre o perigo de pecar contra o polifacético e

complexo do fenómeno." (LENK, 1972)

É de assinalar que um outro problema pode ser detectado na constatação de que o fenómeno desportivo é, em última instância, um fator de compensação para os males da moderna sociedade industrial.

Não só pela superficialidade da análise que desconsidera aspectos importantes da dinâmica social, tal como as contradições a ela inerentes, mas também pelo fato de não diferenciar os planos em que esta atividade esportiva é desenvolvida. Assim, não são considerados aspectos substanciais na análise como: instituição em que se realiza, motivos pelos quais ela é praticada etc. etc.

Será possível colocar num mesmo plano o praticante que realiza a atividade física por necessidade terapêutica, do atleta de fim de semana que sai a pedalar, escalar montanhas ou praticar campismo? Como classificar, entre as cinco tendências apontadas, a prática do atleta de alto nível técnico?

Uma outra perspectiva, apresentada por Dumazedier, interrelaciona trabalho e esportes. Enfocando, com mais veemência, a idéia de trabalho, Dumazedier apresenta o esporte como um modelo de organização imposto como padrão para a vida moderna. Tomando a esfera do trabalho como exemplo ele ressalta que:

"(...) a organização da empresa industrial funda-se, com frequência, em métodos de emulação, de cooperação, de competição, que

se tomam emprestados ao desporto."(DUMAZEDIER, 1978-p. 408)

Diz ele ainda que a penetração progressiva da organização do esporte no domínio da empresa já havia sido pressentida por Taylor, em 1911, nos *Principles of Cientific Manesement*, obra em que Taylor fundamenta seu método de gerenciamento da produção.

"Não é muito para admirar que (...) Taylor haia comparado com precisão a organização do trabalho à organização do desporto, e que, em 1912, perante a Câmara dos Representantes, tenha desenvolvido a mesma comparação."(DUMAZEDIER, 1978-p. 410)

As observações de Dumazedier parecem entroncadas em um sistema de referências que tende a colocar em evidência a transposição de um modelo - o esportivo - para comportamentos estereotipados, contidos na disciplina do trabalho. No entanto, esta colocação choca-se com a visão que do mesmo fenômeno tem outro sociólogo francês, Pierre Bourdieu.

Para Bourdieu, a constituição de um campo autônomo de desenvolvimento das práticas desportivas só pode firmar-se a partir do momento em que as condições sociais particulares de produção passaram, num estado determinado da estrutura e do funcionamento do campo esportivo, a possibilitar a perpetuação de relações de força e monopólios, lutas e estratégias, interesses

e lucros. (BOURDIEU, 1983)

Sob esta ótica é que se pode questionar a afirmativa de que comportamentos próprios aos jogos esportivos foram trasladados à disciplina do trabalho, pois, e segundo Bourdieu, a aparição de práticas desportivas é contemporânea à constituição de um campo de produtos esportivos, bens de consumo no seu sentido mais estrito.

Assim refletindo ele pergunta: como pode o esporte haver inspirado comportamentos transpostos para a linha de produção? Não seria o próprio fenómeno esportivo produto da introdução de uma lógica de maximização de lucros e performances, próprias ao mundo do trabalho? Uma lógica específica do campo esportivo, capaz de promover o rompimento entre o jogo como ritual para o jogo como qualquer outra mercadoria? E, portanto, jogo esportivo como mercadoria sujeito às determinações específicas de seu campo de produção?

Semelhante preocupação foi apresentada nas reflexões de Ri-
dauet. Para ele, o esporte de competição apresenta traços e conteúdos conformes ao trabalho. Caracterizando o sistema esportivo como um sistema coativo, ele sugere a existência de cinco aspectos que confirmariam suas hipóteses:

- 1 - Análise de tempo e movimento que inclui a planificação e a especialização científica.

- 2 - Emprego de disciplinas científicas para melhorar o rendimento.

3 - Tendência ao cálculo e quantificação.

4 - Fixação de um corpo de burocratas.

5 - Mensuração de exercícios parciais e especializados com vistas ao rendimento. (LUSCHEM E WEIS, 1976)

Tal qual Grass, que interpreta o esporte de elite como um sistema de coações cujas regras estão submetidas à sociedade do rendimento e educa os desportistas a submeterem seus corpos ao serviço do interesse de outros, Riquier parece concluir que o esporte serve para a adaptação à sociedade industrial.

À parte os problemas de constatação, com base em fundamentos empíricos, para os quais reservamos comentários posteriores, tanto Grass como Riquier, e os demais adeptos da teoria da compensação, parecem conceber suas análises dos esportes colocando-os em relação direta com as condições sociais e econômicas das sociedades correspondentes, como se estes fossem nada mais que, como lembra o próprio Habermas, uma réplica do mundo do trabalho. (LENK, 1972)

Assim, e mais uma vez evocando Bourdieu, parece interessante confrontar esta visão à produzida em conformidade com a teoria dos campos, tomando em conta que:

"(...) a história do esporte é uma história relativamente autônoma que, mesmo estando articulada com os grandes acontecimentos da história econômica e política, tem seu próprio tempo, suas leis de evolução, suas

próprias crises, em suma, sua cronologia específica." (BOURDIEU, 1983)

Um dos problemas que é colocado por Bourdieu é o da necessidade de atentar para uma observação das especificidades da prática esportiva que, segundo ele, não é redutível a um mero reflexo das condições sociais e econômicas, embora a reprodução das relações sociais no interior do campo esportivo seja assegurada por uma orientação dada à ação dos sujeitos por meio do que ele concebe como "habitus".

O "habitus" é, na interpretação dada pelo autor discutido, a interiorização pelos autores de normas, valores e princípios sociais que, mesmo não sendo produto da obediência a regras explícitas, adequa as ações dos sujeitos à realidade objetiva.

Tendo por base a dimensão de um aprendizado passado o sujeito introjeta valores que dificilmente irá abandonar. Neste sentido, Bourdieu concebe uma teoria das práticas sociais onde as ações são realizadas concretamente, desde que haja condições objetivamente estruturadas no interior da sociedade para que estas sejam executadas.

Assim, a noção de "habitus", por ele utilizada, apresenta-se como o domínio, nem sempre consciente para os sujeitos, da perpetuação das relações sociais via introiecção de um esquema de representações sociais que, inerente a estrutura de classes, apresenta-se como uma força concomitante ao processo de escolha dos sujeitos.

Este referencial de explicação da realidade objetiva, torna possível uma interpretação do fenómeno esportivo vinculando as práticas esportivas às mais diversas expectativas. Estas, por sua vez, estão numa relação estreita com um sistema de "(...) estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes" (BOURDIEU, 1983), isto é, o "habitus" se apresenta :

"(...) como social e individual: refere-se a um grupo ou uma classe, mas também ao elemento individual: o processo de interiorização implica sempre internalização da objetividade, o que ocorre certamente de forma subjetiva, mas que não pertence exclusivamente ao domínio da individualidade."
(BOURDIEU, 1983-p. 25)

Neste sentido, ele apresenta os vários usos, reivindicados como legítimos no âmbito de relações específicas do campo esportivo, que dele fazem diferentes grupos e classes sociais.

Partindo destes pressupostos, ele explica as condições objetivas que tornaram possível não sómente a constituição da prática desportiva, como originária de manifestações da cultura europeia por volta do século XVIII, assim também como atenta para a desigualdade na distribuição entre as classes sociais de diferentes práticas esportivas que se estendem das oposições entre amadorismo e profissionalismo, prática esportiva e espetáculo

esportivo. desporto para compensação físico-psíquica e prática esportiva para aquisição de um protótipo de beleza. etc., práticas mais "acéticas" e outras mais brutais. etc.

"(...) Em outras palavras, a distribuição específica de classe da prática esportiva não está baseada apenas na desigualdade de recursos financeiros disponíveis, ela baseia-se também nas diferentes percepções e entendimentos da prática esportiva." (BOURDIEU, 1983-p. 135)

Em conferência proferida em agosto de 1989, Valter Bracht sugeria, com base em críticas ao pensamento de Bourdieu, realizadas por Demerval Saviani, que há na teorização sobre o campo esportivo uma tendência a enfatizar o processo de reprodução das relações sociais. Dizia ele:

"O importante é que para Bourdieu, o consumo e prática do esporte, bem como de atividades corporais em geral, participa enquanto elemento da cultura do processo de reprodução das diferenças de classe". (BRACHT, 1989)

Outro apontamento realizado na mesma conferência, indica para o questionamento da adequação de teorias que foram desenvolvidas com vistas à realidade dos países de capitalismo central e sua aplicabilidade em outras situações conjunturais. Es-

tas teorias poderiam "(...) sugerir um referencial para a análise da reprodução social em sociedades como a brasileira." (BRACHT, 1989)

Do nosso ponto de vista, pensamos que a resposta para esta pergunta, assim como a superação do suposto determinismo detectado na análise de Bourdieu, reside justamente na realização de um trabalho empírico que procure dar sustentação às afirmações que forem sendo feitas no decorrer da etapa de análise dos dados de fato.

A partir da referência aos dados primários é que se poderá reproduzir o concreto através do pensamento e explicar a realidade de forma sintética, tendo-se sempre em conta que esta realidade obedece a uma dinâmica fundamentada dentro de um "jogo", essencialmente dirigido pelas contradições que a sociedade abriga.

2- ESPORTE E PRODUÇÃO

É de nossa opinião explicar a realidade proposta, para análise, flexibilizando o quanto for necessário o esquema analí-

tico elaborado com base em outras condições sociais.

A reprodução social dos elementos da disciplina do trabalho no esporte, se é que existe reprodução e não uma transformação lenta e gradual das relações sociais, não é aqui tomada no sentido da compensação físico-psíquica evocada por alguns dos adeptos da teoria crítica da sociedade, mesmo considerada em sua heterogeneidade.

Supomos que ela consiste, antes de mais nada na transposição de modelos de papéis adotados no patamar das relações produtivas no desenvolvimento de outras referências travadas no campo esportivo.

2.a- Referências para Análise

As considerações tecidas em relação a uma autonomia das práticas esportivas, obedientes à lógica inerente das condições operadas neste campo social (BOURDIEU, a.1983, b.1983, c.1987), representam a contribuição fornecida pelo autor ao quadro teórico deste estudo.

No momento, procuramos apresentar os primeiros traços dessa contribuição. É preciso ainda esclarecer que, não havendo incompatibilidades ou excludências forçosas entre os instrumentos teóricos, procuraremos não tornar o tratamento das questões de

maneira a reduzi-las a um único ângulo de interpretação.

No mais, algumas críticas tecidas às concepções do fenômeno desportivo, apresentadas anteriormente e compartilhadas com outros autores, deverão ser absorvidas neste estudo. Portanto, passemos a apresentação de algumas delas.

A primeira que abordaremos tem uma relação muito próxima ao pensamento que emitimos sobre a contribuição proporcionada por alguns autores para este estudo, isto é, ela trata da necessidade de renovação da explicação teórica para o fenômeno em questão e alude à necessidade de formulações mais ecléticas, que procurem explicar as manifestações esportivas sem pôr de lado outras interpretações sociológicas.

Apresentada por Hans Lenk ela diz o seguinte:

"A compreensão e explicação teórica dos fenômenos sociais do esporte não podem partir de uns pressupostos ideológicos que tenham que ser mantidos a todo custo, nem tampouco prescindir de estudos empíricos representativos." (LENK, 1972-p. 89)

Sobre o mesmo assunto Erick Allard, expondo o método comparativo aplicado à uma sociologia dos esportes, considera que:

"(...) uma parte importante de investigação em qualquer campo deveria reservar-se, com fins científicos, a teorização ou construção de tipologias sistemáticas explicativas

sobre as bases dos resultados empíricos."

(ALLARDT, 1976)

Esta construção de tipologias nos remete ao trabalho, que ao conhecimento científico é atribuído, de traduzir para uma semântica própria relações concernentes a determinados fenômenos. Mais especificamente, diz-se que a formulação dessas tipologias, isto é, de conceitos ou sistemas destes, só é cientificamente válida quando o conceito representa o fenômeno existencial adequadamente.

Outra observação pertinente é a de que:

"A epistemologia confirma o princípio de que a acrobacia conceitual sem teoria equivale a um fetichismo do conceito que a nenhum conhecimento conduz" (ALLARDT, 1976-p. 73).

A discussão em epistemologia, inescavelmente vinculada a formulação de uma terminologia apropriada à Educação Física, entabulada pelo Dr. Manuel Sérgio Vieira e Cunha, aborda a relação entre o objeto da Educação Física e a constituição do corpo teórico que responderá às necessidades desta área do conhecimento.

Manuel Sérgio propõe a denominação de Ciência Da Motricidade para a área de atuação dos especialistas em motricidade humana ou ciências do comportamento motor, denominações atualmente aceitas em contraproposta a "já defunta Educação Física" (1)

Para a compreensão do significado de motricidade em Manuel Sérgio, é fundamental o entendimento do uso que o autor faz desta categoria. Pelo que entendemos, Manuel Sérgio apresenta a transcendência como a procura de superação das necessidades, ela é a pós-necessidade. É o homem que suprimindo necessidades físicas permanece um ser carente (CUNHA, s/d).

Não há uma definição mais precisa de quais sejam estas necessidades e, dentro do transcender-se tudo parece caber. A superação da necessidade física que alguns organismos possuem de álcool pode torna-se um fenómeno pertinente ao transcender-se, mas, caberia no domínio da motricidade humana?

O uso da categoria da transcendência parece implicar nos perigos da ambiguidade de sentidos que a ela podem ser atribuídos, além de que, por tratar-se de uma linha de abordagem que privilegia a "reflexão", os aspectos operacionais do cotidiano aparecem nas discussões com menos frequência.

Talvez esteíamos pedindo a Manuel Sérgio o que ele não pretendia nos dar, mas não devemos nos refugiar em suas lacunas para não enfrentar a questão. Porque não há no pensamento do autor o despreendimento com a realidade do dia-a-dia, mas parece não tomar parte de suas preocupações as questões mais operacionais da produção do conhecimento na área que ele reclama aos profissionais da Educação Física.

Esta ausência de pragmatismo, no sentido positivo que possui, revela-se na carência da discussão metodológica, pois embo-

ra recorra tanto aos problemas da epistemologia em Motricidade Humana pouco contribui para a "penetração" e delimitação do objeto do qual sentimos falta de uma definição mais concisa.

Com relação aos problemas levantados, importante contribuição é apresentada pelo Dr. Pierre Parlebás. Este sociólogo francês acusa os perigos dos abusos de um discurso que procura na "interdisciplinaridade" as justificativas para a intromissão de outras áreas da ciência na Educação Física.

Parlebás considera as abordagens em Sociologia, História, Ciência Política e das Ciências Biológicas e formais como projeções de conhecimentos específicos de cada uma dessas áreas, isto é, ele procura demonstrar que as análises elaboradas com base nas aquisições destas áreas perspectivam a Educação Física de forma indireta, tratando-a de fora para dentro, pois não é o objeto da Educação Física que é posto em questão, mas temas próprios da Educação Física abordados através das diversas correntes teóricas, que compõem o quadro metodológico dessas áreas. (PARLEBAS, 1989)

Ressurge o problema do recorte epistemológico em Educação Física, mas diferentemente de Manuel Sérgio, apegado em criticar a superficialidade dos métodos e do rigor na realização dos estudos em Ciência da Motricidade Humana e em definir de forma bastante ambigua a relação entre o corte epistémico e o objeto sobre o qual deveria estar circunscrita a área de conhecimento em Educação Física, Parlebás procura tornar operacionalizável

uma proposta metodológica, partindo do pressuposto de que embora as práticas corporais tenham se diversificado ao longo do tempo, da complexidade de manifestações pertinentes à área de estudo da Educação Física, ou ainda que a formação de profissionais da Educação Física tem sido prejudicada pela justaposição de conhecimentos não fundamentados em uma matriz epistemológica e empírica, ele considera a possibilidade de substituir o conceito de conduta motriz, excessivamente centrado no indivíduo, por ação motriz, conceito mais amplo que permite analisar situações diversas dentro das atividades físicas.

Em consonância com a eleição da ação motriz, enquanto objeto da Educação Física, Parlebas passa a definir esta área de estudos como sendo uma pedagogia de ação motriz, comportando meios e fins específicos.

Entretanto, sem discutir, pelo menos neste primeiro momento, os fundamentos pedagógicos da Educação Física, mas sublinhando que a aplicação do conceito de ação motriz abre a possibilidade da não redução do movimento humano à dimensão do corpo/máquina cartesiano, o sociólogo expõe a noção de conduta motriz da seguinte forma:

"(...) Es pues la persona que actúa, en su totalidad y en su unidad, tanto en sus manifestaciones concretas como en sus proyectos, deseos y emociones, la que nos permite captar la noción de conducta motriz". (PAR-

LEBAS, 1989-p. 8)

Enfatizando as dimensões cognitiva, afetiva, relacional e expressiva da conduta motriz. Parlebas, posteriormente, substitui a terminologia de conduta pela de ação motriz, considerando:

"(...) el término de conducta motriz está excesivamente centrado sobre el individuo para adecuar-se a este nuevo proyecto. Lo substituiremos, pues, por el concepto de acción motriz, más amplio, que permite analizar todas las formas de actividad física, ya sean individuales o colectivas y ello según todos los modelos posibles, hasta los más matematizados." (PARLEBAS, 1989-p. 11)

A praxeologia da ação motriz, baseada em um conceito centrado menos no indivíduo, mas que permite analisar tanto situações individuais, como coletivas, responde à perguntas referentes à lógica interna das manifestações motrizes em suas mais diversas especificações (esporte de alto rendimento técnico, esporte por lazer, Educação Física escolar, atividade física terapêutica, etc.).

Esta análise, procurando revelar os indicadores objetivos ligados à inteligibilidade do conjunto de atividades físicas humanas, traduz-se em operações de investigação baseadas em um tipo de classificação cujos critérios tem, por substrato, a indi-

cação de alguns traços da ação motriz.

É importante esclarecer que a pertinência desta abertura conceitual abre três possibilidades interligadas:

Primeiro, permite o desenvolvimento de conceitos apoiados em uma lógica interna às situações trabalhadas pelos especialistas na ciência do comportamento motor, pois o tema da ação motriz é original a esta área de conhecimento e não qualquer outra.

Segundo, não impede nem invalida a contribuição de outras áreas de saber já que, identificando o objeto da Educação Física, impede que o estudo das ações motrizes torne-se um prolongamento de outras disciplinas.

E, terceiro, autoriza a construção de conceitos, derivados de situações onde manifesta-se a ação motriz, respeitando as diferenças objetivas que existem nos diversos meios e realidades sociais em que o trabalho do analista será aplicado.

A tradução dessa abertura analítica, na esfera da prática de pesquisa, tem uma relação direta com o tratamento dos dados primários. A necessidade de se articular a reflexão à fundamentos empíricos que possibilitem a operacionalização de um esquema conceitual nas áreas de conhecimento que se entronquem com o universo da Educação Física.

Somada à esta vantagem, a teoria de Parlebas considera a diferenciação das atividades corporais, fenômeno bastante ligado à prática desportiva, assim como vai contra as excessivas gene-

realizações de teses ainda não confirmadas no plano objetivo da realidade social.

Considerados estes aspectos da problemática atual da Educação Física, assunto ao qual necessariamente teríamos que nos remeter, por tratar-se exatamente do ponto em que a Sociologia do Esporte cruza seu caminho com a abordagem que a Educação Física pode dar ao esporte, subsequêntemente apresentaremos as alternativas para explicação do universo desta pesquisa que elaboramos no terceiro capítulo.

A proposta do capítulo que apresentaremos consiste em discutir a ação motriz em três níveis básicos, a saber:

1) Ação motriz executada durante o processo de trabalho. Tipologia criada para introduzir a discussão da disciplina que o esporte absorve.

2) Ação motriz realizada durante a prática esportiva de alto rendimento técnico. Conceito testado na pesquisa empírica.

3) Ação motriz executada em atividade de lazer, práxis situada em tempo e espaço opostos aos dos momentos de trabalho, mas contidos no mundo deste. Melhor definindo, este conceito, embora não aplicado à pesquisa de campo, foi elaborado para responder à necessidade de situar a diferença entre uma prática motriz executada por trabalho de outra que não obedece a este fim.

CAPÍTULO III

1- O TRABALHO

Manuel Sérgio denomina a motricidade relacionada ao trabalho, aos movimentos do corpo produtivo, com a seguinte estrutura semântica: ergomotricidade (do grego *érqon*, trabalho, e do termo motricidade, significando a transcendência do ser, do homem estando a caminho para o ser mais).

Como já havíamos discutido no capítulo anterior, há problemas no uso que o autor faz da categoria da transcendência.

Vista como pós necessidade, ele a insere em seu debate acerca da constituição do tema da Ciência da Motricidade Humana como sendo o homem que suprimindo necessidades físicas permanece um ser carente, mas que procura um estado de superação (CUNHA, 1989). Todavia, dentro do transcender-se tudo parece caber e a transcendência, que é um dos pilares do pensamento deste autor, cai por terra diante da ambiguidade de sentidos que apresenta.

De outro modo, o prefixo *érqon* parece adequado, desde que aproximado do conceito de ação motriz. A diferença proposta não é apenas da ordem de uma modificação semântica, se não na mu-

dança de tratamento dado ao objeto, a ação motriz do corpo produtivo, que de agora em diante tenderá a uma abordagem mais histórica.

Para uma compreensão mais consistente das ações motrizes realizadas durante o trabalho na sociedade capitalista, objetivo da proposta deste conceito, é preciso buscar algumas determinações que lhe oferecem matriz: o trabalho.

Poderíamos iniciar estas considerações definindo o trabalho como sendo uma atividade que, exercida sobre a matéria em seu estado bruto, tem por finalidade possibilitar ao homem apoderar-se de produtos naturais em seu próprio proveito.

Há porém, que se levar em conta que outros agentes da natureza assim também o fazem. Deve-se então considerar as diferenças entre o trabalho praticado pelo homem e o trabalho de outros animais, por exemplo.

Assim, e de acordo com Peter Berger e Thomas Luckman (BERGER & LUCKMAN, 1987), apontamos a construção mental, isto é, a idealização não só do produto final como de todo o processo de trabalho, antes mesmo de sua concretização sobre a matéria. Este é o primeiro elemento distintivo entre o trabalho humano e o trabalho de outros agentes da natureza, é o saber-ação que confere significação ao trabalho humano.

Engels, em seu artigo "Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem", dizia que foi o trabalho, como elemento de domínio do homem sobre a natureza, o responsável pe-

la evolução da espécie em todos os seus aspectos antropológicos:

"(...) Em face de cada novo progresso, o domínio sobre a natureza, que tivera início com o desenvolvimento da mão, com o trabalho, ia ampliando os horizontes do homem, levando-o a descobrir constantemente novos objetos, novas propriedades até então desconhecidas. Por outro lado, o desenvolvimento do trabalho, ao multiplicar-se os casos de ajuda mútua e de atividade conjunta, e ao mostrar assim as vantagens dessa atividade conjunta para cada indivíduo, tinha que contribuir forçosamente para agrupar ainda mais os membros da sociedade". (ENGELS, s/d-p. 271)

Nestes termos o trabalho, que começou somente a partir da elaboração de instrumentos, foi produto humano que produziu a humanidade.

Através do trabalho o homem criou cultura. Tornando-se menos submisso aos determinismos em geral, tornou-se um ser cultural, embora sem jamais romper e superar suas raízes e limitações biológicas (MORIN, s/d).

O trabalho é atividade pela qual o homem, de maneira proposital domina as forças naturais, é o meio pelo qual o homem se cria a si mesmo. Entretanto, na sociedade capitalista, o concei-

to de homem ativo e produtivo, que é para Marx parte da história do gênero humano em seu crescente desenvolvimento através do progresso das forças produtivas, encontra no trabalho uma atividade voltada contra ele mesmo, que não lhe pertence nem enquanto processo de objetificação (maneira pela qual se dá a exteriorização do trabalho e a criação do trabalhador), nem como objetivação do trabalho, (o produto).

Algumas causas desta deformação encontram-se na divisão social do trabalho capitalista, na apropriação dos meios de produção e no aparecimento de classes sociais cindidas que mantêm relações antagônicas.

Estas três causas interdependem-se, mas, pode-se dizer, têm uma relação direta e necessária com a forma de produção de bens na sociedade em que ela é gerada. Esta aparece sob forma de produção de mercadorias que, mesmo sendo produto do trabalho humano, só passa a se constituir como tal a partir do momento em que insurge a categoria do trabalho abstrato.

O trabalho abstrato, tornando massa homogênea o trabalho de diversos vendedores de força de trabalho e existindo como medida unitária, em termos de atribuição em valor de troca para a produção de mercadorias, é o elo perdido entre as formas de trabalho de outras sociedades do trabalho moderno.

Portanto, vejamos mais de perto como, relacionada à categoria do trabalho abstrato, a ação motriz vendida como mercadoria se comporta diante do capital, ao longo de seu processo de

formação. Observemos como se dá a divisão social do trabalho promovida pelo capital.

O papel histórico do modo de produção capitalista inicia-se no momento em que concentram-se os meios de produção, fazendo convergir para um mesmo "locus" da produção grande massa de vendedores de força de trabalho. Para um tratamento mais adequado à questão, Marx, no livro primeiro d'O Capital, onde trata da relação entre capital como uma forma social e o modo capitalista de produção como uma organização técnica, retrata, dentro da perspectiva do materialismo histórico, o processo de trabalho no capitalismo desde seu início e subsequente desenvolvimento:

"A atuação simultânea de grande número de trabalhadores, no mesmo local, ou, se se quiser, no mesmo campo de atividade, para produzir a mesma espécie de mercadoria sob o comando do mesmo capitalista constitui, histórica e logicamente, o ponto de partida da produção capitalista. Nos seus começos a manufatura quase não se distingue, do ponto de vista do modo de produção do artesanato das corporações, a não ser através do número maior de trabalhadores simultaneamente ocupados pelo mesmo capital" (MARX, 1985-p.370).

De fato, se de início a diferença é apenas quantitativa, mesmo dentro de alguns limites, passa-se da quantidade a uma outra qualidade. É que ocorre uma modificação em termos de valor-trabalho incorporado à mercadoria. Este não é mais valor-trabalho individual, mas valor-trabalho baseado na média da soma-tória de diferentes dispêndios de força-de-trabalho. Esta questão fica bastante clara neste outro trecho da *Cooperação*:

"O trabalho que se objetiva em valor é trabalho de qualidade social média, exteriorização de força de trabalho média. Mas, uma magnitude média é apenas a média de muitas magnitudes distintas da mesma espécie" (MARX, 1985-p. 371).

A princípio, no que concerne as ações motrizes, as consequências imediatas da extração desta média são duas, a saber: primeiro, generalizam-se as qualidades de cada trabalhador, isto é, nivelam-se as diferenças entre destreza, habilidade e cadência de trabalho dos diversos vendedores de força de trabalho; segundo, possibilita uma contratação uniforme em "X" valor monetário, por hora de dispêndio de força de trabalho, para cada trabalhador, permitindo o estabelecimento de uma medida unitária em tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de mercadorias.

A concretização dessas condições fixa substratos para um tipo de mensuração do valor-trabalho incorporado à mercadoria e

o capital, embora estando atado, e, portanto, limitado pela subietividade do trabalhador, como base técnica da produção, compensa diferenças e procura anulá-las tomando como referência não mais a força de trabalho individual, mas uma força de trabalho que o capitalista compra como o dia de trabalho coletivo, de onde o trabalho individual existe apenas como alíquota do dia de trabalho coletivo.

Este trabalho em geral, que o capitalista compra, é denominado trabalho abstrato. Abstrato, porque visto sob a ótica do comprador é somente dispêndio de força de trabalho, porque perde no volume de força vendida toda singularidade de cada executor e porque não permite, em concluído o processo, o reconhecimento do trabalhador em sua própria produção. É bom frisar também que, além disso tudo, o trabalhador é excluído do consumo do produto que ele próprio constrói, repetindo-se o círculo vicioso do capital, onde quanto mais riqueza o trabalhador produz, maior a sua pobreza.

Tendo em mira, na constituição do trabalho abstrato, a perda de identidade entre produtor/produto, isto é, homogeneização do trabalho descaracterizado dos movimentos subietivos que dão vida aos objetos do trabalho, vejamos como, para além da generalização da força de trabalho, transforma-se a ação motriz em função das determinações do capital na organização do trabalho. Relememos a manufatura como "locus" original desta transformação.

Na manufatura o mecanismo específico de trabalho permanece sendo o trabalhador coletivo, composto por trabalhadores parciais, isto é, que executam tarefas isoladas e separadas em simples e complexas, o que permite classificar operários de acordo com suas habilidades.

É esta classificação, com base nas aptidões, que determina o agrupamento de indivíduos em uma dada tarefa e de onde resulta uma hierarquia de forças de trabalho, correspondida por outra de salários.

Ao falar em habilidades determinando a ocupação dos sujeitos, a primeira impressão que se pode ter é de que o trabalhador permanece ditando suas ações motrizes de acordo com seu saber-ação. Esta percepção é, entretanto, falsa, uma vez que as inter-relações estabelecidas entre as diversas atividades que compõem o processo de trabalho, a conexão que o conjunto de trabalhadores mantém, funciona obrigando o trabalhador a executar suas ações motrizes com a regularidade imposta pela totalidade do mecanismo, ou seja, o ritmo de ações não é ditado pelas necessidades dos trabalhadores, mas por uma força exterior a ele.

"(...) na manufatura, como na cooperação simples, o corpo de trabalho que funciona é uma existência do capital. O mecanismo social de produção, composto de numerosos indivíduos, os trabalhadores parciais, pertence ao capitalista. A força produtiva re-

sultante da combinação dos trabalhadores aparece como força produtiva do capital. A manufatura propriamente dita submete o trabalhador, outrora independente, às ordens e à disciplina do capital, mas, além disso cria uma graduação hierárquica entre os trabalhadores" (MARX, 1985)

A subordinação das ações motrizes no trabalho às investidas do capital agravam-se com a evolução dos instrumentos de trabalho, sobretudo com o surgimento do maquinismo. A fábrica, definida por Marx como sendo "(...) sistema de máquinas diferentes, combinadas e funcionando ao mesmo tempo (...)" (Marx, 1985), torna efetiva a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, ao mesmo tempo em que parceliza ainda mais as funções no trabalho e rompe com a estreita base técnica que tornava a expansão do capital, ou seja, rompe com a estreita dependência do processo de trabalho em relação ao trabalho vivo.

A partir da introdução de um sistema de máquinas, que também desenvolve trabalhos parciais, o trabalhador perde não só o controle de suas ações motrizes, como perde o domínio de um ofício. Quer dizer, a sua especialidade passa a ser a obediência ao ritmo do autômato que, além de ditar-lhes a velocidade das ações, dita-lhes sua forma.

Como apêndice da máquina o trabalhador põe em movimento os músculos que são requisitados pelos movimentos da máquina. Como

membro acessório à máquina, o trabalhador perde toda a autodeterminação nas acções motrizes que executa durante o trabalho.

Discutindo as forças produtivas capitalistas, o Brighton Labour Group, apresenta uma versão interessante da subsunção real do trabalho vivo a um mecanismo morto, ao domínio do capital constante sobre o capital variável na cadência de trabalho:

"Com a maquinofatura o capital passa a ter poder sobre o capital constante, este pode agora ser concebido e organizado sem nenhuma referência às habilidades e ofícios tradicionais. O ponto central da maquinaria é a velocidade através da qual ela pode realizar transformações mecânicas. Daí em diante, o capital rompe os limites representados pelas velocidades através das quais o trabalhador poderia realizar estas funções. Não sendo mais dependente dessas velocidades, o processo de trabalho é concebido, em torno da performance da máquina, e o trabalhador tem que agir de acordo com suas necessidades (da máquina) e não vice-versa." (op. cit. MDRAES, 1984-p. 12)

Mas, para além das imposições de um tipo de movimento pela máquina, e esta tendo seu ritmo ditado pelas necessidades de expansão do capital, a corporificação da sujeição do indivíduo

em acção matriz produtiva, tem na cisão entre o trabalho manual e trabalho intelectual, promovida pela máquina, seu ponto máximo.

Esta cisão que se dá no nível da subordinação do trabalho vivo a uma força que lhe é externa, começa na própria cooperação simples, onde o capitalista torna-se o representante da vontade do corpo social de trabalho, continua na manufatura, que ao parcelar o trabalho parcela também o trabalhador, opondo as forças intelectuais do processo de produção como algo exterior a ele, e atinge apogeu na grande indústria moderna, a qual utiliza-se da ciência como força produtiva que gera lucros e estropeia o trabalhador, quando poderia ser diferente.

Adotamos uma postura ética diferente da que vê a ciência como uma acção do ator que desempenha papéis bons ou maus, uma postura maniqueísta. Todavia, ocorre que a introdução de determinados métodos de trabalho, tidos por científicos, têm, ao invés de contribuído para a libertação do homem de um trabalho deformador do corpo e da psique, contribuído para destituir do trabalho humano seu carácter inteligente, que seria precisamente aquilo que o distinguiria do trabalho de outros agentes naturais. Tem servido para fazer de homens meros animais da produção, "homens bois", como diria Taylor (BRAVERMAN, 1987).

No capitalismo a utilização de métodos ultra sofisticados levou a separação "physis X intellectus" a extremos inatinquidos por qualquer outra formação social. A introdução de tais métodos merece alguns comentários, uma vez que contribuiu para o cercea-

mento ao direito de refletidamente agir.

Os métodos que, de passagem, serão comentados são: taylorismo e fordismo, embora hajam outros bastante semelhantes a estes, se não na forma pelo menos nos objetivos.

O taylorismo, também conhecido por método da gerência científica, tem suas origens na virada do século XIX para o século XX e, em sua essência, propõe a racionalização do trabalho através da subdivisão de tarefas e supressão de gestos e comportamentos desnecessários. Entenda-se que a noção de necessidade coaduna-se à lógica do máximo lucro. Benedito Rodrigues Moraes Neto dá-nos a seguinte caracterização do taylorismo:

"(...) o taylorismo caracteriza-se como uma forma avançada de controle do capital (com o objetivo de elevar a produtividade do trabalho) sobre processos de trabalho nos quais o capital dependia da habilidade do trabalhador." (MORAES, 1984-p. 24)

Taylor assentava suas projeções para o trabalho em três princípios básicos, que eram:

a- Separação entre trabalho de concepção e trabalho de execução.

Este princípio, já adiantado por Marx como tendência do trabalho no modo de produção capitalista, encontra inunção prática na montagem de um departamento de planejamento, onde técnicos e engenheiros fariam, pelo trabalhador, a "parte árdua" de

seu trabalho: a tarefa de pensar.

Estes engenheiros e técnicos cronometrariam, decomporiam e classificariam os gestos executados pelo trabalhador, objetivando determinar a forma temporalmente mais lucrativa de mover-se.

A separação do trabalho de concepção do de execução traz, em seu bojo, uma solução possível para a expansão das unidades de capital empregadas na produção, mas mesmo assim a produção permanecia atada à configuração humana do trabalho.

Trata-se da estandarização das ações motrizes, o que representa dentro da produção massiva de mercadorias, uma tentativa de objetivar o subjetivo no processo de trabalho, permitindo, de certa forma, a extrapolação de limites humanos biológicos em prol da expansão do capital.

b- Dissociação do processo de trabalho das especialidades dos trabalhadores.

Esta dissociação, já ensaiada desde a manufatura, tem o propósito de pormenorizar o trabalho, simplificando as tarefas, facilitando a estandarização das ações motrizes no trabalho e sua desqualificação. Ela torna desnecessário o saber fazer.

c- Utilização do monopólio do conhecimento para controlar cada fase do processo de produção. Uso este que tem duas consequências:

Primeiro, serve para controlar o modo de execução de cada tarefa, incluindo qual o tipo adequado de ação motriz; segundo, faz do saber-fazer uma arma nas mãos do capital, pois o traba-

lhador que não acompanha as cadências impostas é retirado da produção e trocado como qualquer outra peça de máquina.

Percebe-se que Taylor constrói seu método apoiado em três evidências: a de tempo, como algo concretamente determinante do volume de extração de mais-valia, de lucro, portanto; a de ritmo, como sequência de ações motrizes inseridas no tempo; e a separação entre trabalho intelectual e trabalho manual, que tende a facilitar o desencadeamento do controle das demais premissas de seu método. Premissas estas que são praticáveis somente quando já é real a abstração das qualidades de trabalho de cada sujeito da produção.

Compreendidos estes termos da metodologia taylorista, Harry Braverman (BRAVERMAN, 1987) entende que a solução dada por Taylor, ao problema dos entraves provocados e inerentes à configuração humana do trabalho está, não como em Marx na implementação tecnológica, mas no fracionamento e controle das ações motrizes.

Taylor entende que a solução deva ser encontrada na compartimentação de homens em uma nova hierarquia de trabalho, na divisão entre órgãos de concepção e órgãos de execução, o que, em suma, se traduz na eliminação, nos limites em que o corpo tolera, do elemento gestual humano, subjetivo e imperfeito.

Supressão esta que é regida pelos movimentos do capital e que, como tendência parcelar do trabalho no processo de reprodução do capital, significa uma tentativa de objetivação de movimentos subjetivos do corpo produtivo e que, na prática, existirá

somente na prancheta do engenheiro, pois há que contar-se sempre com reacções às formas de dominação inseridas nas lutas trabalhadoras e com a imprevisibilidade do humano.

Reacções como o preocupante índice de absenteísmo, a quebra proposital de máquinas durante o dia de trabalho e o avanço de lutas sindicais que reivindicam maior "liberdade" durante o trabalho. Estas reacções são apontadas por André Gorz, em seu artigo "O despotismo de fábrica e suas consequências".

Para o trabalhador, os efeitos da organização taylorista do trabalho estão bastante explicitados nesta fala de Eric J. Hobsbawm:

"(...) A grande indústria, baseada em tecnologias mais adiantadas, mais mecanizadas, e também no scientific management, gerência científica, isto é, um modo mais eficaz de trabalho, começou a pressionar os operários que, de modo limitado mas real, haviam imposto uma certa autonomia sobre cada ponto da produção na oficina, controlando de algum modo seu ritmo de produção. Esse foi o caso, sobretudo, dos operários qualificados, especializados, que sofreram uma pressão não apenas sobre seus salários: a disciplina e o ritmo de trabalho também foram intensificados, o que fez com que perdessem

o controle da produção." (HOBSBAWN, 1989-p. 10)

A concepção do trabalhador como máquina, operada na gerência científica, e que teve papel ativo na intensificação dos ritmos de trabalho e subordinação do trabalhador diante da forma da produção neste tempo histórico, atingiu um ponto mais avançado com a sistemática mecanização produzida pelo fordismo.

Este, ao introduzir a esteira rolante na linha de montagem, concretizou definitivamente o deslocamento do ritmo de ações motorizas do trabalhador para a máquina, a qual aparenta possuir ritmo próprio, mas que verdadeiramente apenas expressa movimentos de expansão e contração do capital. Robustecendo esta colocação temos a seguinte caracterização do fordismo:

"(...) enquanto processo de trabalho organizado a partir de uma linha de montagem, deve ser entendido como desenvolvimento da proposta taylorista. Em que sentido se trata de um desenvolvimento: no sentido de que se busca um auxílio dos elementos objetivos do processo de trabalho (morto), no caso a esteira, para objetivar o elemento subjetivo (trabalho vivo)". (MORAES, 1984)

Na realidade, Ford, ao lado de tantos outros, criou um elemento a mais para transformar o "homo faber" em apenas fator de produção. Seu método é outro dos instrumentos do capital que

cria um processo incessante e que procura transformar todo trabalhador em "força de trabalho".

A constatação de afirmações deste tipo poderá ser observada em consulta aos inúmeros métodos de adaptação ao trabalho capitalista, como os de Hugo Münsterberger, Elton Mayo e de escolas como a Psicologia Industrial, Fisiologia Industrial, Ergonomia Aplicada ao Trabalho, etc. Todos esses métodos, não excluindo-se as possibilidades de uma nova utilização em outro contexto de organização social, vêm correspondendo às expectativas de controle e adaptação do humano ao sistema de produção e suas exigências.

A reprodução das distorções de que sofre a sociedade, regida pelo capital, no que concerne às ações motrizes dos corpos produtivos, se faz e refaz em apelo às autoridades científicas e especializadas, aparentemente mais neutras que o poder dos patrões, mas que deram e dão luz à métodos mais sutis e perspicazes de controle do trabalhador pelo capital.

As sequelas provocadas por estes métodos, cujo escopo bem lembrado é solucionar os problemas que o gesto humano representa para a expansão capitalista, criam um novo corpo marcado e transcrito por aquilo que é a sociedade. Corpo que, nas palavras do psicopatologista Christophe Dejours, corresponde ao novo tipo de homem inventado pela Organização Científica do Trabalho:

"(...) o homem no trabalho, artesão, desapareceu para dar luz a um aborto: um corpo

instrumentalizado - operário de massa - despossuído de seu equipamento intelectual e de seu aparelho mental. Além do mais cada operário é isolado dos outros. Às vezes é até pior, pois o sistema pode colocá-lo em oposição aos outros. Ultrapassado pelas cadências, o operário que "atrasa" atrapalha os que estão atrás dele na corrente dos gestos produtivos." (DEJOURS, 1987-p. 37)

Para concluir seria interessante sublinhar que, considerando o lugar dedicado ao trabalho na existência humana, uma das questões é saber que tipo de homem a organização atual do trabalho tem construído e, dentro desta construção, em que plano estão os estudos sobre o corpo e seus movimentos (objeto da Educação Física ?) ou qual papel, dentro da perspectiva que propõe um conhecimento dos mecanismos de dominação que atuam sobre o corpo (para que se possa, legitimamente, reivindicar os direitos que ao corpo devem estar ligados) que poderão estes estudos representar nos projetos para uma sociedade que, partindo de sua história, construirá seu futuro.

Com estas inquietações, gostaríamos de encerrar este tópico com as oportunas palavras de Michel Maffesoli:

"(...) para afirmar que se deve destruir tudo e abater-se pela liberdade total ou... pela derrota total, como alguns o fazem..."

é manifestar um gosto pelo suicídio do qual não compartilham os verdadeiros trabalhadores. porque estão mais perto da realidade cotidiana do que a utopia. é iustamente a aproximação da realidade cotidiana e da utopia que constitui a liberdade total e é necessário ter-lhes muito medo para querer separá-las". (MAFFESOLI, 1978-p. 70)

2- ESPORTE E TRABALHO

O conceito de que trata este tópico refere-se às ações motrizes desenvolvidas durante a prática de esportes profissionalizados. Nele procuraremos desmistificar idéias erradas, pois as opiniões embasadas no senso comum ou vêm a prática esportiva de atletas renomados como uma atividade divertida, ou a identificam com uma forma de "trabalho leve", onde ganha-se muito dinheiro e trabalha-se pouco.

Distante do conteúdo imaginado do "ludus", a prática profissional do esporte possui relação estreita com as formas que o trabalho assume na sociedade moderna.

O recorte que nossa aproximação propõe ao tema, obedece à intenção de desvendar dois aspectos que julgamos essenciais no processo de reconhecimento das diferenças entre as ações motrizes praticadas por trabalho, das realizadas no lazer.

São, portanto, duas características: primeira, a de mercadoria em seu duplo aspecto, isto é, no âmbito da produção e no âmbito da circulação do bem produzido, o espetáculo; segunda, embora compreendido como ação vinculada ao trabalho, não podemos situá-la no mesmo espaço do trabalho na produção industrial, porque estamos lidando com uma atividade onde o produto final não é algo que se compra no supermercado.

Embora a televisão, o cinema e o vídeo já consigam objetivar as acções motrizes, retendo o produto do trabalho dos atletas, a relação desta forma de trabalho com o tempo é diferente da estabelecida entre o trabalhador e a máquina pois, são mais sutis os mecanismos de controle do ritmo e aproveitamento do tempo no esporte.

Mas vamos prosseguir analisando o primeiro aspecto distintivo da prática esportiva, o da mercadoria. Este, em parte, foi desenvolvido no tópico anterior, especificamente quando foram levantados alguns caracteres das acções motrizes executadas enquanto venda de força de trabalho. Entretanto, pelas peculiaridades que adquire a produção de um bem quando o trabalho que o produz está vinculado ao terceiro setor da economia, creio necessária a retomada de alguns pontos adiantados durante a etapa de caracterização do trabalho.

O primeiro ponto que será retomado, relacionado à esfera da produção, é que como produtores de mercadoria e vendedores de força de trabalho, os atletas respeitam ordens ditadas por uma vontade exterior ao corpo de trabalho, e de que é o capital detentor desta vontade.

Decorrem daí inúmeras consequências, sobretudo nos esportes de alto rendimento coletivos, onde as formas de resistência e autocontrole estão, eventualmente, minadas pela rivalidade e pela disputa interna por ascensão na hierarquia de funções, correspondida pela hierarquia de salários.

Sob o ponto de vista da perda de controle do ritmo de ações molrizes, característico à produção de mercadorias e discutido anteriormente, nos esportes que combinam antagonismo e companheirismo, aparentemente, o ritmo é imposto individualmente pelo jogador. Contudo, ao contrário do que possa parecer, o ritmo das ações molrizes, tanto na sua qualidade quanto em quantidade, é determinado pelos movimentos do capital.

Em outras palavras, o atleta só consegue vender seu produto, seus exercícios executados sob domínio de uma técnica especial, quando há demanda pelo espetáculo que ele produz. O mercado de consumo para seu produto está, por sua vez, ligado à diversos fatores (marketing, produção de produtos esportivos, poder de "arrebanhamento" da mídia, etc.) cuja recorrência última encontramos nas relações econômicas, mas não estabelecem com elas os efeitos mecânicos da reprodução social monolítica.

O próprio treinamento e aperfeiçoamento esportivo atual está comprometido até os cabelos com os avanços da tecnologia nos esportes. Não foi assim nas Olimpíadas? E de onde provém este avanço tecnológico? Ele tem ou não uma vinculação aos processos mais gerais da sociedade?

A qualidade dos exercícios e do espetáculo, dependentes da tecnologia, e a quantidade de força de trabalho consumida, dependente das determinações a que está sujeito o mercado de consumo, parecem evidenciar este traço da produção no campo esportivo.

Bourdieu, em exposição no Congresso Internacional do HISPAN/1978, identificava no campo esportivo outro elemento que justificava a transformação dos jogos rituais em esportes e destes em uma forma específica da produção.

Frisando as particularidades que o esporte apresenta em relação ao que erroneamente foram chamadas práticas pré-esportivas, isto é, criticou a tentativa de promover a aproximação dos jogos das sociedades pré-capitalistas aos esportes, cuja aparição é contemporânea e refere-se à constituição de um campo de produção de produtos esportivos. Para Bourdieu:

"Esta comparação só tem fundamento quando, indo na direcção inversa da busca das origens, tem como objetivo, como em Norbert Elias, apreender a especificidade da prática propriamente esportiva ou, mais precisamente, de determinar como alguns exercícios físicos pré-existentes passaram a receber um significado e uma função radicalmente novos (...) tornando-se atividades definidas em seu objeto de disputa, suas regras do jogo e, ao mesmo tempo, na qualidade social dos praticantes ou espectadores, pela lógica específica do "campo esportivo" ".
(BOURDIEU, 1983-p. 138)

A transposição destes exercícios pré-existentes para os jogos esportivos e o desenvolvimento das técnicas desportivas, entendido o esporte de alto rendimento como mercadoria integrada à produção massiva da indústria cultural, tem transformada sua conotação pela implantação dos mesmos princípios que estão em vigor na produção econômica em geral, mas não se reduz ao que muitos entendem como processo de causa e efeito.

Neste quadro, justifica-se a necessidade de trabalhos auxiliares ao do desportista, como o surgimento de uma indústria de equipamentos esportivos, o aparecimento de um corpo de burocratas do esporte e de um pessoal técnico altamente especializado e muito semelhante ao que, no trabalho, denominou-se gerência científica.

Mais diretamente ligados à preparação do atleta surgiu um corpo de técnicos que aplicando diversos métodos científicos, trabalham no sentido de aperfeiçoar o rendimento, concebido como eficiente no patamar das vitórias e dos lucros. Mesmo que a saúde do atleta seja prejudicada, e ultimamente assistimos a um certo gosto sádico nas transmissões esportivas, ele tem que ganhar, que derrotar o adversário.

Portanto, explicitam-se no esporte de alto rendimento técnico alguns aspectos inscritos nos papéis de gerenciamento da produção do espetáculo, o que o torna próximo do trabalho taylorizado. É que, para além do cronômetro na mensuração da ação motriz, eleva-se a utilização dos conhecimentos da biomecânica, da

fisiologia, da psicologia, da medicina e de outras áreas do saber.

Em auxílio aos promotores do show a ciência põe seus métodos cada vez mais aperfeiçoados para a vitória a todo custo. Daí o questionamento da noção de que esporte e saúde sejam sinônimos.

Similarmente ao que a gerência científica propõe no trabalho, isto é, um empenho em aplicar técnicas científicas que caminhem para a solução de problemas complexos do controle do trabalho, no desporto de alta competição o desenvolvimento de técnicas sofisticadas, como a informatização dos treinamentos, recebe a mesma conotação de controle dos movimentos que ao corpo produtivo estão relacionados nos métodos de fiscalização do trabalho.

A ritimização das ações motrizes no trabalho, isto é, a inserção de uma sequência de ações estandarizadas ou semi-estandarizadas no tempo e meio ambiente, da mesma forma que no trabalho, adquire aspectos de controle necessários para atender as exigências do capital, quando este ainda depende do elemento subietivo no ato da produção.

Este controle de ações subietivas caracteriza-se, também no esporte de alto rendimento, por receber subsídios de elementos objetivos, ou seja, no desporto de alta competição volta à cena a mesma relação entre trabalho vivo e trabalho morto que, no trabalho capitalista, esteriliza-se em duas imagens: a do tra-

balhador e a da máquina que contra ele se levanta .

Isto porque, como produtor de mercadoria, sujeitam-se os atletas à uma extensão do espírito de eficiência técnica no esporte, tendente à funcionalização das ações motrizes e dos corpos, e que objetiva a sujeição do corpo e sua exploração, como em qualquer espécie do trabalho moderno . Um exemplo simplificado é a utilização do cronômetro e da fotografia estroboscópica para mensuração da "produtividade" da ação motriz.

No Brasil, algumas evidências desta exploração se encontram na especialização precoce, na intensidade dos ritmos de treinamentos e suas implicações com a saúde do atleta, na situação de semi-profissionalização e suas consequências tais como má remuneração , inexistência de seguros ou assistência previdenciária , bem como exclusão de acesso à direitos trabalhistas ou, quando muito, do usufruto de direitos inadequados para as especificidades da carreira de atleta .

Para a ação motriz no esporte, enquanto mercadoria, repete-se o que diz o antropólogo Marcel Mauss em seu artigo "As técnicas do corpo" (MAUSS, 1985) . Para ele, cada sociedade especifica, em seus diferentes momentos históricos, escreve nos corpos aquilo que ela própria é através de técnicas corporais, pois, antes de tudo, o corpo é também instrumento de trabalho. Donde se conclui: sociedade dividida e deformada, corpo parcelado e estropiado.

Ainda assim, precisamos levantar os aspectos que distinguem o trabalho de um corredor do trabalho de um mecânico. Para tanto é urgente considerar que o atleta é produtor de valor incorporado em uma mercadoria específica: o espetáculo. Uma das diferenças entre uma e outra forma de cristalização do trabalho reside justamente neste ponto.

É que a mensuração do valor incorporado à mercadoria produzida pelo atleta não se dá nos mesmos parâmetros que os demais produtos ofertados no mercado. Isto acontece porque não é o tempo de trabalho cristalizado na matéria que dimensiona o valor, mas o grau de eficiência técnica que conduz aos objetivos impostos pela necessidade do capital investido na produção e conjugado à uma publicidade-consumo conforme as leis do mercado.

A propaganda para aumentar as vendas de uma marca de tênis ou a soma de votos que a identificação entre um time de futebol e determinado candidato pode render nas eleições, é um exemplo dos objetivos pelos quais responde o capital investido.

Todavia, nem pelas peculiaridades, nos termos de mensuração de trabalho, perde o dispêndio de força humana realizado pelo atleta características de trabalho (no sentido que este possui nas relações envolvidas na produção de mercadorias), pois o trabalho que gera valor excedente, mais-valia, não importando em qual setor da economia esteja enquadrado, é trabalho que produz valor.

Ainda como qualquer vendedor de força de trabalho, o atleta que não se coaduna à cadência gestual ou às habilidades técnicas exigidas durante a produção, é trocado por outra peça que possua a eficácia desejada. Assim como não será ele quem, depois de assinado o contrato de trabalho, ditará o número de partidas que jogará ou número de provas que disputará em um campeonato, nem a "camisa" que usará ou as regras a que se submeterá.

Em alguns casos, como nos esportes onde o meio ambiente e as ações motrizes são tipicamente estandarizadas, até mesmo a sequência gestual tecnicamente imposta não respeita critérios que consideram as disponibilidades dos atletas. Estas, antes de mais nada, coadunam-se às regras da máxima rentabilidade e, numa atividade em que lucrar é sinônimo de vencer, a consequência obtida é a quase anulação do poder de decisão dos jogadores.

Isto ocorre porque a sobrevalorização da competição desfaz o equilíbrio necessário para que a competição seja entendida como deveria ser dentro do comportamento lúdico, ou seja, uma categoria do jogar, e não o meio exclusivo do rendimento e da vitória.

Em suma, como venda de força de trabalho, no esporte realizado com o fito de manutenção da vida (atletas) e acumulação de capital (os detentores dos meios de produção no campo esportivo), a conexão de desempenhos nos jogos, ou rendimentos nas provas, para quem por trabalho joga, pode aparecer idealmente como plano, porém a prática revela o poder de uma vontade alheia

(por exemplo, o patrocinador como representante da vontade do capital), que subordina a ação dos jogadores à um objetivo extrínseco ao universo do jogo.

Portanto, e para reafirmar, como meio para a acumulação de capital o esporte, embora vinculado em suas origens aos objetivos pedagógicos (ao condicionamento físico e ao "fair play" nas public schools inglesas) sujeitou-se às mesmas remodelações que o trabalho sofreu na sociedade capitalista quando, ele próprio, passou a integrar-se num ramo de produção de mercadorias da indústria cultural: a produção de espetáculos.

Desde que foi possível o aparecimento de um mercado de consumo para espetáculo esportivo, passou a haver uma distinção entre amadores e profissionais. Talvez a idéia de que o atleta realiza um "trabalho divertido e leve", comprovada em pesquisas realizadas no Rio e em São Paulo (I.B.O.P.E., 1982), suria exatamente da confusão de que são vítimas muitos espectadores.

Esta confusão pode ser derivada do fato de que, como veremos no próximo tópico, a prática esportiva que o amador executa está fora da disciplina que é imposta pelos treinadores aos atletas profissionais.

Experienciando a atividade física de outra maneira, os atletas e torcedores de fim de semana parecem ver na profissão do jogador o lado lúdico da atividade que praticam espontaneamente.

Sob esta idéia, exprimida não sem ressentimentos pelos jogadores que participaram da pesquisa de campo, submergem elementos imprescindíveis para a explicação da transposição da disciplina do trabalho para o esporte, visto que esbarramos na diferença significativa de termos excluído do esporte profissional o que lhe é peculiar quando praticado por lazer: o seu envolvimento com a ludicidade.

A questão merece maiores cuidados. Veiamos então como, segundo Huizinga, caracteriza-se o lúdico.

Em seu clássico "Homo Ludens" (HUIZINGA, 1980), entendendo o jogo como espaço privilegiado para as manifestações lúdicas, caracteriza-o como sendo uma ação livre, executado em tempo e espaços situados fora do cotidiano, experimentado como algo diferente da vida corrente, mas que absorve por completo o jogador que, submetido a uma disciplina ordenada por regras está distanciado de interesses materiais.

Outra característica marcante do jogo, segundo o autor, é a competição. Esta é a fixação simbólica da "coisa que se joga", o ponto que encerra consigo a tensão e com ela o arriscar. No entanto, Huizinga observa que não se pode confundir jogo e esporte.

Segundo Heloisa T. Bruhns,

"Partir da premissa de que esporte e jogo são similares, é colocar este último fenômeno dentro de certas restrições pré-deter-

minadas como imposição de regras, modelos, busca de rendimento, recordes, medalhas, juizes, capitães, etc: que, se por um lado, caracterizam aparentemente o esporte, acabam descaracterizando a atividade lúdica que apresenta componentes como espontaneidade, a flexibilidade, o descompromisso, a criatividade, a fantasia, a expressividade, etc: com características culturais próprias". (BRUNN, 1989-p. 43)

Entretanto se, como nota a autora, é arriscado reduzir o jogo ao esporte, é também complicado não considerar as características do jogo evidentemente presentes no esporte.

Mas, em princípio, se considerarmos os pontos de vista de Huizinga e Brunns poderemos entender porque o desporto tende a perder inexoravelmente as características lúdicas que deveria herdar dos jogos que lhe deram origem.

Os indicadores objetivos (autodeterminação, noção de tempo, sistema de regras e relação de interesse material) encontrados na definição que, especialmente Huizinga dá sobre o lúdico, constituem o ponto de partida sobre o qual discutiremos mais um dos aspectos do diferenciamento entre esporte profissional e esporte por lazer.

Antes de tudo, é preciso entender que o esporte implanta, em seus esquemas de ação, táticas e técnicas especiais, regula-

mentadas de acordo com um conjunto de normas específicas à cada prática. Se este é um princípio das partidas esportivas, imagine quão rígidas estas exigências se tornam quando o esporte é praticado como ganha pão .

No esporte, mesmo naqueles que reclamam a criatividade como a qualidade que o espetáculo exhibe (a ginástica artística, o salto ornamental), a ação motriz é predeterminada pela técnica envolvida, pelo ritmo solicitado, pelas táticas aplicadas e pelas regras impostas.

Se parece real a encenação da liberdade de ação nos jogos esportivos de alto rendimento, esta se desvanesce e deve ser relativizadas quando observamos o olhar arisco do técnico e dos "cartolas". Fora da quadra as prescrições são bem traçadas e o que é aparentemente "vontade" pode melhor ser traduzido em imposição.

Todavia, no esporte as características da produção se diferenciam das encontradas na linha de montagem pela própria natureza do trabalho no setor terciário, embora o mercado e suas determinações sejam instâncias controladoras dos espetáculos esportivos.

Com relação ao tempo, outro fator considerado importante por Huizinga na caracterização do lúdico, temos que no esporte profissional não há nada que diferencie a noção de tempo útil no trabalho de um pintor da mesma noção empregada para o jogador.

A noção de tempo útil para o trabalho na "linha de montagem" das cirurgias de determinado tipo de prática médica possui muitas semelhanças com a noção de tempo produtivo do espetáculo esportivo, incluindo-se o período de "aprendizagem" de uns e de "treinamento" de outros. O caráter da indiferenciação é vasto quando consideramos o objetivo da constituição desta idéia de utilidade do tempo dentro das relações de mercado.

Outro aspecto também levantado por Huizinga, o da submissão às regras, é entendido pelo autor da seguinte maneira:

"(...) esta sistematização e regulamentação cada vez maior do esporte implica a perda de uma parte das características lúdicas mais puras. Isto se manifesta nitidamente na distinção oficial entre amadores e profissionais (...), que implica uma separação entre aqueles para quem o jogo não é jogo e os outros por sua vez são considerados superiores apesar de sua competência inferior. O espírito do profissional não é mais o espírito lúdico, pois lhe falta a espontaneidade, a despreocupação." (HUIZINGA, 1980-p. 219)

A fixação de um complexo sistema de regras foi, sem dúvida, importante para a constituição do campo esportivo. O estabelecimento de um conjunto de normas delimitou papéis aos jogador-

res, além de que o enriquecimento das regras e o rigor de sua aplicação pode ser visto como uma característica que diferencia o esporte dos jogos das sociedades tradicionais.

Mas se isto vale para a prática esportiva de uma maneira geral, é possível diferenciar o esporte profissional do esporte de lazer na falta de descontração existente no jogo executado por interesse material pois, reside no objeto de disputa a dessemelhança entre as formas da mesma prática.

A posição ocupada pelo esporte profissional em relação a um quadro de valores propriamente econômicos encerra o surgimento da necessidade da montagem de um aparato burocrático marcado, sobretudo, pela hierarquia de funções.

Por sua vez, a organização esportiva torna-se expressão do caráter antilúdico do esporte. Analisada por Huizinga, este entende que a organização esportiva, no princípio do século XX, tendia cada vez mais a tornar-se um elemento da civilização desligado, conscientemente ou não, de todo contexto cultural.

Definido como expressão autônoma da sociedade moderna o esporte "(...) evoluiria para uma função estéril, onde o velho fator lúdico seria quase inteiramente extinto." (HUIZINGA, 1980-p. 316)

Prospectivando, com propriedade, Huizinga entendeu bem os germes da evolução da separação entre esfera de amadores e profissionais, compreendendo muitos dos traços que marcariam o esporte profissional. O problema da análise que fez neste livro

está em idealizar o "ludos" (jogo).

Ao lançar seu polémico *Homo Ludens* em 1939, Huizinga pecou em extrair da história apenas os fatos que eram de interesse para a constatação das afirmações que fazia. O vitral que desenhou com os fatos que recolheu, reflete a imagem que tinha de sentimentos "puros" e de uma cultura idealizada, em que o jogo é reino da harmonia e do exercício dos sentimentos da realização humana. Não é sem propósito que tudo para ele é jogo, até mesmo a guerra, e de que a cultura dele nasce.

Diante deste problema, sem negar a valiosa contribuição por ele dada ao nosso estudo, achamos por bem utilizar outra definição de jogo que, no sentido de desvencilhar dos entraves explorados à análise sociológica pretendida, parece mais adequada para este estudo.

Isto é, se o jogo pode ser definido segundo a explicação de Humberto Eco como "(...) sistema de regras, esquemas de ação, matrizes combinatórias de movimentos possíveis (...)" (ECO, 1988-p. 277). E mais, se compreendemos que existem significados e palavras diferentes para designar, nas muitas línguas, o jogo. Se entendemos isto, como discernir atividade cuja forma comporta a regra, a probabilidade e os esquemas de ação, mas cede às pressões econômicas, daquelas em que a forma é idêntica, mas o conteúdo tem mais haver com um reino dos sonhos?

Considerando pertinente a definição de Humberto Eco, nos desviamos de um problema semântico cujas consequências nefastas

perpetuariam o dilema de denominarmos por jogo (futebol, boliche, etc.) uma atividade que não tivesse em seu conteúdo exatamente aquilo que o torna peculiar para Huizinga: o espírito lúdico.

Ademais, a expressão "jogo esportivo" está tão arraigada ao vocabulário cotidiano que acreditamos de pouca valia o descarte da palavra jogo para designar uma atividade que, pelos seus aspectos objetivos, muito tem haver com as características que o jogo (como definido por Huizinga) assume, contudo, de forma invertida (como argumentamos). Enfim, mesmo nominalmente classificando o esporte como jogo, não deixamos de reconhecer as particularidades deste fenômeno.

Estas, traduzidas pela burocratização das organizações esportivas, na exigência contínua de mais técnicas e ciência no treinamento, no aprimoramento da organização técnica, na dependência de objetivos extrínsecos transladados da lógica da produção de mercadorias, no encerramento da prática à espaços previamente delimitados e quase sempre estandartizados, na imposição de um disciplinamento de horários e hábitos aos atletas, fazem dos jogadores homens "trabalhados" para construir o sucesso profissional.

3- ESPORTE E LAZER

Por último a caracterização de um terceiro nível de ações motrizes, as desenvolvidas durante atividades praticadas em tempo livre, mas especialmente realizadas na prática de lazer de interesse básico é físico (DUMAZEDIER, 1975).

Devida à estreita ligação que esta prática possui com os aspectos do não trabalho, e antes de explicitar características da prática de esportes no lazer, será dedicada parte deste texto ao esclarecimento de algumas questões atinentes à uma concepção de tempo livre, espaço e tempo das práticas de lazer.

Históricamente o lazer deve ser entendido enquanto produto do desenvolvimento tecnológico da sociedade industrial e, portanto, enquanto integrante da civilização técnica. Civilização cuja composição básica apresenta como "pano de fundo" o desenrolar de relações de trabalho caracterizadas por: divisão social do trabalho baseada na apropriação desigual dos meios de produção e do produto do trabalho, maquinização da produção e centralização da organização do processo de trabalho, sujeição dos ritmos e intensidades do trabalho às necessidades de expansão/contracção do capital, parcelamento das tarefas, fiscalização e disciplinamento do trabalhador.

Tais características de organização da produção criaram um tempo cronométrico para o trabalho. Com a criação do sistema de fábricas, o capitalista pôde - com sucesso - adquirir um controle da força de trabalho que contratava, podendo até mesmo fixar as partes respectivas do trabalho e do lazer. Fato este que lhe era impossível em outras fases do trabalho no capitalismo, tais como no "putting-out system".

Stephen Marglin, destacando a importância do estabelecimento do sistema de fábricas, brinda-nos com a seguinte assertiva:

"Num sentido amplo, fiscalização e disciplina resultavam no mesmo dentro da fábrica. Sob o olhar vigilante do contramestre o operário não mais era livre de estabelecer seu próprio ritmo (.....). A fábrica pôs fim definitivo, ao mesmo tempo, à "desonestidade" e à preguiça." (MARGLIN, 1980-p. 68-69).

Esta fixação dos limites do tempo de trabalho e de não trabalho, consequência da introdução do sistema de fábricas, diferencia a construção social do tempo da sociedade industrial do tempo em outros modos de vida.

Organização do tempo relacionada ao trabalho que, aos poucos e cada vez mais, passou a obedecer uma dicotomização entre tempo de lazer e tempo de trabalho. Neste sentido, o tempo de não trabalho, de lazer, apresenta uma relação estreita, tanto em

termos de acesso aos bens ofertados, quanto à sua extensão, as condições econômicas predominantes nas sociedades onde floresce a produção industrial e as lutas sociais.

Dado isto, sociólogos como Parker (1979), Friedman (1972) e Dumazedier (1977) denominaram tempo livre o tempo subtraído de obrigações familiares, religiosas, políticas e de trabalho, realizado com o objetivo de manutenção da sobrevivência.

Atividades paraprofissionais, como cursos de aperfeiçoamento ou extensão, não foram por eles considerados lazer, porquanto pertencem mais à esfera da produtividade do trabalho que do prazer. Daí concluirmos que o chamado tempo livre, e as atividades de lazer que este tempo comporta, incluem uma relação direta com o trabalho.

Reconhecida por alguns sociólogos, esta relação entre trabalho e lazer tem recebido diferentes abordagens teóricas.

Como exemplo, esta relação foi enfatizada por alguns cientistas sociais como sendo o lazer um fator de compensação para as desventuras do trabalho. Pode-se dizer, em linhas gerais, que os teóricos que defenderam esta abordagem do lazer e, também, do fenômeno esportivo, fundamentaram um tipo analítico de acordo com as proposições desenvolvidas no Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt.

Embora não se possa afirmar que os pensadores de Frankfurt tivessem construído um corpo teórico homogêneo, ou que partilhassem consensualmente as mesmas idéias, alguns adeptos da teo-

ria crítica da sociedade pensaram o tempo livre como espaço exclusivo para a diversão e a distração, e que estas proporcionariam uma fuga temporária às responsabilidades e à monotonia da vida cotidiana. O relaxamento e a felicidade consequentes teriam um efeito compensatório, ante as pressões sofridas no dia-a-dia, e atuariam sobre os sujeitos, reproduzindo-lhes a vontade de trabalhar.

Nestas condições a idéia de compensação adquire uma conotação negativa, pois se o lazer compensa sofrimentos, se ele é um "prêmio" pelas horas desgastantes passadas no ambiente de trabalho, ele consequentemente age deslocando conflitos sociais para questões marginais, que não colocam à prova os fundamentos da sociedade.

Erixe-se, pois, a tese de que o lazer é exclusivamente um espaço reprodutor do mundo do trabalho, de que ele compensa a fadiga apenas para reproduzir a vontade de trabalhar e de que ele é um dos fatores de paralisia da crítica social.

Esta idéia foi contestada, dentre outros autores, por Pierre Naville (1973) que, valendo-se de material empírico, demonstrou que a escolha por atividades de lazer está relacionada a alguns indicadores que comprovam a existência de expectativas e fins diferentes procurados no lazer.

Para ele alguns destes indicadores são: classe social, sexo, faixa etária, nível educacional e se apresentam como fatores condicionantes, relacionados às opções realizadas por esta ou

aquela atividade de lazer .

Outro aspecto a analisar, no que concerne às opções, diz respeito ao conteúdo que cada atividade comporta. Criador do que é denominado Sociologia do Lazer, Joffre Dumazedier classifica as atividades de lazer tomando por base o interesse cultural central implícito em cada uma delas. Portanto, de acordo com Dumazedier e segundo o conteúdo de cada atividade, existem cinco categorias destas, a saber: físicas, manuais, intelectuais, artísticas e sociais (DUMAZEDIER, 1973).

Segundo Luiz Olávio de Lima Camargo (1990), nas atividades físicas de lazer incluem-se os "E.P.T.s" (do Programa Esporte Para Todos) e o esporte, executado de maneira "formal ou informal" nos espaços tanto tecnicamente planejados, como não-técnicos.

Ainda de acordo com o que pensa o autor, as atividades manuais de lazer são aquelas ligadas ao prazer de "manipular, explorar e transformar a natureza". as intelectuais e artísticas estão, cada qual, voltadas para a aquisição prazerosa de conhecimentos e as manifestações artísticas. Já os conteúdos sociais destas atividades são os que objetivam a sociabilidade.

Rem, como se pode notar, esta classificação é passível de algumas críticas do tipo das que podemos expressar nestas perguntas: as atividades de lazer de conteúdo físico não carregam consigo traços de sociabilidade e de aquisição de conhecimentos? Especialidades na ginástica, como os exercícios de solo, não

comportam os valores estéticos, próprios das artes ? Ou, o esporte formal, com toda a carga de elementos pertencentes à esfera do trabalho, pode ser classificado como atividade de lazer para o praticante da modalidade ?

A respeito destas críticas, não importa aos propósitos deste texto respondê-las. Agora, o necessário é saber que, embora falha, esta classificação dá-nos pistas para responder questões de outra ordem, como as referentes à definição do objeto da Educação Física e ao campo de atuação do especialista desta área de conhecimento. Entretanto, nesse instante é preciso distinguir no lazer aspectos que terminam por, praticamente, moldar as ações motrizes que nele se realizam.

Portanto, outra importante dimensão do lazer é referente ao prazer e à "livre" escolha. Fora do trabalho e de tudo que represente o obrigatório, o dever e as imposições, ganha corpo o espontâneo, o voluntário e o prazeroso. É neste clima que se busca o lazer.

O francês Pierre Parlebás (1989) assim distingue as ações motrizes que comportam o cômico e a criatividade:

"El sistema de interacción propio de cada tarea ludomotriz puede provocar encuentros inhabituales y contatos inopinados. Los imperativos de este espacio y de tiempo, los cambios bruscos de papel, la circulación rápida de la pelota, pueden favorecer el

establecimiento de nuevas relaciones"
(PARLÉBAS, 1989-p. 36).

Situadas nos limites do lazer, as ações motrizes no esporte não formal colocam-se em um nível diferente das outras ações anteriormente discutidas. Esta diferença é decorrente das características incorporadas pela ação motriz contida nas atividades de lazer, tais como novas relações com o tempo, espaço e conteúdo lúdico em seus traços objetivos.

Este tempo complementar, e não distanciado das horas de trabalho, recebe outra organização. É certo que impera para o lazer a mesma racionalidade econômica do sistema, pois o lazer é também uma mercadoria. Mas, por colocar-se no pólo oposto ao do tempo de trabalho industrializado, onde os ritmos são rigidamente controlados pela máquina, as ações são mais "livres", obedecendo mais aos ditames do espontâneo e do desejado.

Essa ação é mais "livre" que a executada na linha de montagem ou no escritório, não só porque é o sujeito quem realiza a "escolha" dentre as opções de que dispõe (mesmo que esta seja influenciada pelos indicadores apontados com antecedência), ou por outra ordenação dada ao tempo, mas também pela organização (ou não) do espaço físico que difere daquela dada ao ambiente de trabalho.

Enquanto os locais destinados ao lazer aproximam-se do agradável, o espaço da indústria só é planejado para o conforto quando isto representa maior produtividade. De modo que o proje-

to da indústria, a disposição das máquinas, dos operários e a posição destes durante o trabalho, tanto quanto do escritório, só respeitam a lógica da maximização dos lucros.

Por outro lado, a valorização recente dos chamados "lazers ecológicos" reflete um estágio de ânsia por novas vivências. Nesta busca têm sido bem aceitos espaços não estandarizados e valorizadas atividades de lazer de conteúdo físico, como caminhadas em espaços onde haja desfrute da "natureza".

Do mesmo modo que usufruir de espaços de lazer tecnicamente planejados (quadras, pistas, piscinas, etc.) fazem hoje parte das reivindicações de associações de bairros e outros movimentos sociais, numa manifestação clara da necessidade de "fugir" ao trabalho desgastante e deformante do corpo e da mente.

Pode-se presumir que estas reivindicações pelo direito ao lazer, onde as ações motrizes são vivenciadas em outra ordem espaço-temporal, potencialmente, são geradoras de novos valores. Nelson Marcellino assim observa tais situações:

"São reivindicadas novas formas de relacionamento social mais espontâneos, a afirmação da individualidade e a contemplação da natureza. Observam-se mudanças nas relações afetivas, nas considerações sobre o próprio corpo, no contato com o belo, em síntese, na busca do prazer. Exemplos e sintomas desse processo social são as fugas das grandes cidades nas férias e fins de semana,

o desenvolvimento do campismo, a procura da intensidade em detrimento da durabilidade, nas relações amorosas, a ação dos grupos representativos da contra-cultura, dos movimentos ecológicos e de defesa do patrimônio cultural." (MARCELLINO, 1983-p. 15)

Como chama atenção Marcellino, há no lazer um princípio de busca de prazer. Expectativa nem sempre satisfeita, ela aparece como motor das ações motrizes lúdicas que se realizam nos jogos esportivos, mesmo que ela nem sempre se faça aparente. No entanto, é preciso levar em conta o que assevera Luiz Cláudio de Lima Camargo (1990), dizendo que merece reparos a afirmação de que o lazer é hedonístico, ele pergunta:

"(...) Que prazer existe em pular e gemer sob as ordens de um instrutor inspirado por técnicas de crueldade inimagináveis? (CAMARGO, 1990-p. 12).

A questão levantada um caminho pode ser apontado, é que, como entende Maffesoli, necessidade e desejo são mediados pelo trabalho e tanto necessidade como prazer são elementos estruturais de um complexo social. Marx em "Travail Salarie et Capital", citado por Maffesoli (1978), dá-nos do prazer e das necessidades a seguinte perspectiva:

"nossas necessidades e nossos prazeres têm sua fonte na sociedade: portanto, a medida

se encontra na sociedade e não nos objetos de sua satisfação. Sendo de origem social, nossas necessidades são relativas por natureza." (MAFFESOLI, 1978)

Se nossas necessidades e desejos são socialmente construídos, como discutir o que é prazeroso ou não? Numa sociedade onde o corpo é mercadoria, em que as academias vendem, num pacote, um padrão estético para o corpo, como discutir o hedonístico para uma atividade que se aproxima tanto do sadomasoquismo? Pode-se responder à questão dizendo que há, sim, uma busca de prazer. Uma vez que os fins podem estar situados no futuro e a ação motriz pode ser um meio para conquistar este prazer. Ele existe embora se deva questionar seus fundamentos.

Em função do que se acaba de dizer, o lúdico na ação motriz passa a ser entendido como determinado e determinante na estrutura social. Todo o prazer da criação, do reconhecimento de si na obra, de uma outra vivência espaço-temporal, da sujeição voluntária às regras, muitas vezes recriadas, existe em oposição à uma ordem rígida, demarcada pelas necessidades da produção e pela disciplina que o trabalho impõe.

O lúdico, manifesto nos jogos esportivos de lazer, representa exatamente a quebra dessa ordem rígida e só existe em oposição à ela. Esta seria a terceira característica marcante do esporte de lazer: o sentimento lúdico como despertar do prazer de reconhecer-se no produto final do processo de criação.

Resumindo, são quatro aspectos principais que dão forma à ação motriz praticada no esporte de lazer: uma nova ordenação para o espaço, outra vivência do tempo, a incorporação do lúdico e a direta relação com a não obrigatoriedade na realização da escolha. Estes caracteres, todos eles pertencentes à esfera das atividades de lazer, apresentam-se como bipolares ao trabalho.

Compreendida a natureza da matriz do jogo esportivo no lazer, resta situar em que plano entendemos as ações motrizes que dele são integrantes. Assim, no esteio dos caracteres acima apontados, é possível fixar-lhe os limites. Vamos a eles.

Desenvolvida durante as atividades de lazer de conteúdo físico, o jogo esportivo de lazer vem recebendo as denominações de esporte não formal e esporte enquanto atividade de lazer, por Luiz Otávio de Lima Camargo (1990) e Václav Bracht (1989), respectivamente.

Tais autores servem-se da relação entre esporte e lazer para validar as designações utilizadas. Todavia, dado o quadro teórico adotado nesta pesquisa e as categorias empregadas, adotaremos a noção de trabalho, apresentada na primeira parte deste capítulo, como referencial para especificar os caracteres das ações motrizes do esporte de lazer. Embora que, por situar-se no âmbito do esporte, seja necessário apresentar suas características relacionadas à este fenômeno social.

Pelo ângulo do trabalho as ações motrizes do jogo esportivo não profissionalizado apresentam-se enquanto sua negação. Elas

não podem ser trabalho, porque as ações motrizes contidas no esporte por lazer não têm relação com as coações econômicas e o prêmio, quando colocado em campo de jogo, é apenas simbólico.

Conquanto seia bom sublinhar que, como qualquer outro produto vendido no mercado, os jogos esportivos de lazer são, hoje, um "bom negócio". Em torno destas atividades organizaram-se indústrias de equipamentos esportivos, academias e um ramo específico da publicidade (BOURDIEU, 1983).

No entanto, se é evidente a mercadorização tanto do esporte não profissional como de outras atividades de lazer, é importante frisar que para o praticante não há nas disputas um interesse material. Por isto a ação motriz é executada voluntariamente.

Não estando o praticante coagido a jogar, seu ritmo é ditado pelas suas capacidades e potencialidades. Durante a prática ludodesportiva o sujeito atua respeitando seus limites e não de acordo com a vontade de outrem, como acontece com o atleta profissional.

Entendida a vontade dentro do quadro das possibilidades estruturadas por uma certa organização social (pois, do mesmo modo que a sociedade coloca para si problemas e questões que ela é capaz de solucionar, assim também são os desejos adequam-se ao patamar de desenvolvimento social), compreende-se que é o indivíduo que determina quando e como iniciar ou findar uma atividade ludodesportiva, bem como a remodelação, criação ou submissão de regras é por ele aceita sem que haja a pressão econômica sob

a qual o atleta profissional é colocado.

No esporte de lazer a relação do(s) praticante(s) com as regras, pode se dar em um grau menor de passividade e sujeição. É possível perguntar de que maneira surgem as regras e mesmo alterá-las, recriá-las, mas não impedir sua existência porque elas caracterizam a prática esportiva. De modo que as regras são mantidas como traço que distingue a prática profissional da amadora, pois na última estas podem ser flexibilizadas.

Em suma, as ações motrizes executadas em jogos esportivos onde, há características também incorporadas pelo esporte profissional (como respeito à regras, delimitação prévia do tempo, planejamento técnico do espaço, etc.), conservam-se elementos lúdicos relacionados à ausência da obrigação, uma vivência espaço-temporal diferenciada da cotidianamente sentida, o distanciamento dos valores econômicos no interior da prática (ao menos não entendida como meio de vida), e a flexibilização do sistema de regras que podem ser alteradas.

A atividade esportiva de lazer enquadra-se, de acordo com a classificação apresentada por Dumazedier (1977), em atividades de lazer cujo conteúdo cultural central são as experiências físicas. Em sua especificidade o que deve ser apreendido é o fato dela possuir pontos comuns à prática esportiva profissional, mas dela diferir fundamentalmente em razão de ser realizada segundo outras motivações que não a econômica.

CAPÍTULO IV

1- IDEOLOGIA E SUAS FUNÇÕES

Até o momento nos preocupamos em esclarecer as diferenças entre a prática de esporte por lazer da que é executada por trabalho. Apontamos nesta última os elementos do universo do trabalho que ela incorpora e nos comprometemos a demonstrar estes apontamentos por meio da pesquisa empírica.

Todavia, entendemos que o tratamento dos dados levantados na pesquisa de campo ficaria obscuro se não explicássemos o que pretendemos com o material obtido.

Como, essencialmente, coletamos nossos dados através de entrevistas, acreditamos que seja útil explicitar sob que ângulo, depois de identificados os elementos do trabalho no esporte, analisamos as contradições que surgiam nas falas emitidas por nossos protagonistas.

O uso da análise da fala, como sistema de significação da realidade, se deve ao fato de que a produção do discurso não está desvinculada das condições sociais em que este foi produzido. Ao contrário, o discurso materializa a realidade objetiva promo-

vendo um distanciamento entre a coisa representada e o signo que a representa. Nesta distância reside a ideologia (BRANDÃO, 1991).

"Cada signo ideológico não é apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade. Todo fenômeno que funciona como signo ideológico tem uma encarnação material, seja como som, como massa física, como cor, como movimento do corpo ou como outra coisa qualquer. Nesse sentido, a realidade do signo é totalmente objetiva e, portanto, passível de um estudo metodologicamente unitário e objetivo."

(BAKHTIN, 1929-p. 19 op.cit. BRANDÃO, 1991)

Se as formações discursivas têm o poder de cristalizar os processos históricos, estes não emergem de forma tão precisa. É que a mediação feita pela fala obedece à uma série de prescrições situadas no nível dos processos de interação social.

Entre as dimensões sobre que são montados os discursos está a da ideologia. Portanto, achamos importante apresentar através de que conceito de ideologia operamos quando caminhamos através do movediço caminho da análise dos dados.

2- O CONCEITO DE IDEOLOGIA

Segundo Marilena Chauí (CHAUÍ, 1984), o primeiro a utilizar o termo foi o filósofo Destuff de Tracy (1810). Para ele ideologia seria a expressão exata entre as relações do corpo com o meio ambiente, a ideologia se opunha à Matemática, à Teologia e à Psicologia, pela exatidão e rigor que se propunha como método.

Com Napoleão a ideologia ganhou sentido pejorativo, passando a ser vista como uma doutrina irrealista, sem fundamento objetivo e perigosa para a ordem estabelecida.

2.1- Ideologia para Engels e Marx

Em A Ideologia Alemã (MARX/ENGELS, 1845), a ideologia é identificada à separação entre representações e as condições materiais que as produzem.

Para Marx e Engels ideologia aparece como uma ilusão, mas uma ilusão que tem bases em condições materiais objetivas. Ela não é simplesmente uma fantasia, pois faz menção aos processos materiais da sociedade, mas não explica dialéticamente os fatos e suas condições de produção e sim idealiza-os (as condições fa-

zem os homens , assim como os homens as modificam produzindo e reproduzindo processos dados concretamente).

Para Marilena Chauí (CHAUÍ, 1986), a ideologia é a forma de domínio espiritual daqueles que já dominam no plano material. A classe dominante precisa explicar o aparecer social de modo a que não se evidenciem suas contradições.

Detendo este papel ela se torna uma forma de representação da sociedade e de seus processos com base em relações materiais, mas que deve ocultar os momentos contraditórios do processo.

Assim, ela é aceita por outras classes sociais.

Como aparecer social na representação dos homens, ela é entendida como discurso coerente, mas esta coerência é preservada por "brancos", pelas "lacunas" que ela não deve explicar, sob o risco de detonar seu processo de autodestruição.

2.b- Para Ricoeur

Ricoeur (RICOEUR, 1977) pensa nas reduções que se têm feito à ideologia e procura demonstrar que o fenômeno da ideologia pode receber uma apreciação relativamente positiva.

Ele tenta defini-la longe da visão que justifica a ideologia por sua função de dominação de uma classe sobre as demais.

"A meu ver, precisamos escapar ao facínio exercido pelo problema da dominação, para considerarmos um problema mais amplo, o da integração social, de que a dominação é uma dimensão e não a condição única e essencial."
(RICOEUR, 1977-p. 65)

Ricoeur aceita a análise do fenômeno ideológico baseado na divisão de classes sociais, mas não toma a cisão destas como ponto de partida para explicação da ideologia. Ele entende que está aí uma das grandes dificuldades para definir ideologia.

Há, segundo sua concepção, outras funções que a ideologia deve realizar:

2.b.a- Função Geral da Ideologia

O ponto de partida adotado pelo autor é fornecido pela análise weberiana do conceito de ação social e de relação social. Ele os toma no sentido de que há ação social quando o que faço é tanto significativo para os outros sujeitos sociais, como quando o meu fazer é orientado em função do comportamento de outros indivíduos, isto é, a ação social existe numa relação de mútua influência.

A idéia de relação social acrescenta uma certa previsibilidade num determinado sistema de significações.

De acordo com este entendimento dos processos de interação social, Ricoeur define a ideologia como dotada da função de construção social da autoimagem de um grupo ou de um indivíduo. O fenômeno ideológico:

"Está ligado à necessidade, para um grupo social, de conferir-se uma imagem de si mesmo, de representar-se, no sentido teatral do termo, de representar e de encenar." (RICOEUR, 1977-p. 67)

Para ele, isto ocorre porque a ideologia preenche um requisito importante para a sobrevivência do grupo social. Ela ocupa a função de distanciamento entre a memória social de um acontecimento, que acaba de acontecer.

A ideologia perpetua um ato fundador inicial, compreendendo a distância que separa a memória social de um acontecimento, perpetuando sua efervecência inicial e cumprindo a necessidade que um grupo social têm de conferir uma imagem para si próprio.

De acordo com esta interpretação, a ideologia desempenha um papel de coesão do grupo, de parte constitutiva de seu "projeto" (no sentido que Sartre dá à ele), pois ela justifica e compromete a ação do grupo ou do indivíduo.

Com relação à praxis ela é, portanto, motivadora e dinâmica, pois a crença em seu poder fundador confere o caráter justo que a ação instituída reclama para sua legitimação. Mas ela só consegue exercer esta função apresentando-se como autorepresen-

tação idealizada, simplificadora e esquemática.

Em *Cultura e Democracia* (CHAUI, 1986) fala das fórmulas que o discurso permeado pela ideologia adquire. Esta, é provida de espaços lacunares, onde nem tudo é dito ou invertida a ordem dos acontecimentos e enunciados.

A este seu caráter Ricoeur assossia de intolerância e estaticidade. A ideologia não pode permitir que suas contradições sejam evidenciadas por elementos que não se enquadrem nela. Portanto, tudo deve ser pasteurizado porque o ato fundador inicial, perpetrado através da ideologia, não pode ser abalado.

Sendo assim, a noção de tempo adquire um caráter específico aparecendo, para o autor de *Interpretação e Ideologias*, como o primeiro aspecto negativo da ideologia. Se ela resiste às inovações, consequentemente ela bloqueia níveis de transformação social.

O segundo traço negativo, para Ricoeur, surge da evidência de que ela é:

"(...) operatória e não temática. Ela opera atrás de nós, mais do que a possuímos como um tema diante de nossos olhos. É a partir dela que pensamos, mais do que podemos pensar sobre ela." (RICOEUR, 1977-p. 70)

Sob este aspecto vemos a dissimulação como característica e função que a ideologia assume em suas possibilidades de distorção, de inversão da imagem como concebiam Marx e Engels na

Ideologia Alemã.

Em síntese, podemos dizer que de cinco ângulos que podemos perspectivar a função geral da ideologia:

1- Ela compreende a distância que separa um ato fundador inicial da memória social, perpetuando sua efervescência e preenche a necessidade do grupo social de construção de sua autoimagem.

2- Ela é dinâmica e motivadora, porque justifica e compromete o "projeto".

3- É esquematizadora e simplificadora, valendo-se de retórica e chavões, ordenados em um discurso lacunar.

4- A ideologia é intolerante e inerte.

5- É operatória e não temática.

2.b.b- Função de Dominação

Novamente Ricoeur recorre à Weber para explicar o funcionamento da ideologia em face do problema da autoridade.

"O que a ideologia interpreta e justifica, por excelência, é a relação com as autoridades, o sistema de autoridade(.....
.....) "Toda autoridade, observa, procura legitimar-se, e os sistemas políti-

cos distinguem segundo seu tipo de legitimação." (RICOEUR, 1977-p. 71-72)

Ricoeur vê neste ponto uma relação dissimétrica, pois se a legitimação da autoridade demanda mais crença do que os indivíduos podem dar, este espaço é ocupado pela ideologia, que aparece como um sistema justificador da dominação.

2.b.c- Função de Deformação

Para definir esta função Ricoeur retoma a noção marxista de inversão das coisas, cuja imagem é tomada pelo real e o reflexo pelo original.

A causa deste fenômeno de inversão, também retomada de Marx e Engels, é atribuída à cisão da sociedade em classes antagônicas. Para ele:

"(...) a ideologia é um fenômeno insuperável da existência social, na medida em que a realidade social sempre possui uma contribuição simbólica e comporta uma interpretação, em imagens e representações, do próprio vínculo social." (RICOEUR, 1977-p. 75)

CAPÍTULO V

1- QUEM É O SERTÃOZINHO FUTEBOL CLUBE

O médico Antonio Furlan Jr, em 1956, apresentava a seguinte história do futebol na cidade de Sertãozinho-SP:

"O futebol surgiu em Sertãozinho nos princípios do Século XX, no largo de São Sebastião, onde hoje estão localizados a Cadeia Pública e o Forum. A rapaziada da época não deu nome ao primeiro quadro formado, pois disputavam partidas entre si denominando as equipes com as cores Azul e Branco. As disputas mais renhidas surgiram das rivalidades entre as equipes do União e o XV de Novembro, que mais tarde se uniram formando um só quadro sob o nome de Internacional. Outros teams se seguiram como o Sertanezinho, Operário, Mogiana, conhecido por Arranca-Trilhos, Palestra-Itália, 7 de Setembro, Jahú FC., Sertãozinho FC., Guarani, Aliança Liberal e diversos juvenis, entre eles o sempre

lembrado Independência."(FURLAN, 1956-p. 45-46)

No início da década de dez os times de Sertãozinho começaram a participar de partidas inter-municipais, o Sport Club Sertanezinho, do qual participavam alguns imigrantes ingleses, foi a glória do período. Contudo com a chegada da Guerra, muitos dos integrantes foram requisitados pelas forças armadas inglesas e o time desmantelou-se.

Nesta mesma época surgiu o Sport Club XV de Novembro unificando-se, posteriormente, aos quadros do desfalcado Sport Club Sertanezinho:

" O prefeito de então, gentleman Cap. Joaquim Eufrásio de Oliveira Garcez, reunindo mentores das duas entidades, fez ver que as rivalidades até então existentes eram perniciosas uma vez que os melhores elementos estavam divididos e que juntos poderiam dar a Sertãozinho um futebol capaz de igualar con dignamente às representações de outros municípios . Contando com o apêio dos dois presidentes, srs. Luiz Arruda Barbosa e Horácio da Silveira, o Prefeito viu corôada de êxito sua pretensão"(FURLAN, 1956-p. 47).

O segundo time sertanezinho a participar de disputas inter-municipais e interestaduais:

"Após esta época, devido a épopéia de 32 o futebol sertanezino fez um estágio, voltando em 1934 filiado à Liga de Ribeirão Preto e à Associação Paulista de Esportes Atléticos, com o Nome de Sertãozinho Futebol Clube. "(FURLAN, 1956-p. 49).

Mas a história do Sertãozinho tem, hoje, outras versões, uma delas é contada pelo Secretário e Diretor do Sertãozinho Futebol Clube, Renato Pavan, também vereador pelo PFL na cidade:

"A história que eu sei, né? Porque o time... , o Sertãozinho foi fundado em 6 de agosto de 1944, 6 de agosto que todo mundo recorda que é uma data histórica para todo o povo brasileiro que trata do dia em homenagem ao Bom Jesus da Lapa, famoso 6 de agosto. A história diz que naquele tempo o escrivão da Coletoria Federal, é o José Franco do Amaral, um torcedor fanático, eles se reuniram, eu não sei se foi na casa do José Franco do Amaral ou aqui na Aprígio de Araújo, onde mora o seu José Pereira de Carvalho , que a Coletoria Federal era aí, fundaram o Sertãozinho, e de lá pra cá a história do Sertãozinho é muito grande. O Sertãozinho, sempre uma equipe que teve bons times, já

diversos presidentes, posso citar como o Antonio Pedro Ortollan, Carotini, Paulo Braga que era prefeito, Pedro Rodrigues que nós conhecemos como Pedro Faria, o Alcides Balbo ...Comendador Alcides Balbo, um grande presidente que o Sertãozinho teve, Cesar Tuffi Filho, eu já fui presidente do Sertãozinho. E o Sertãozinho começou na 3ª Divisão, galgou a 2ª Divisão, o Sertãozinho já teve na 1ª Divisão, me lembro bem quando o Aldemir Siqueira Volpe, hoje dono do Jornal O Momento, teve uma reunião histórica na Federação e ele deixou escapar que ia votar no Vetidieri e, o presidente, candidato forte, era o Nabi Abi Chedid e não deixaram votar, então o Sertãozinho por não ter votado caiu outra vez para a 2ª Divisão. Isto foi mais ou menos em torno de 82, 83."

Outra versão, dada pelo sr. Pedro Faria, ex-presidente do Sertãozinho Futebol Clube, hoje com 82 anos, apresenta uma versão das raízes do time e outras histórias do futebol na cidade:

"Tinha dois campo, há muitos anos, um chamava Sertão ... Aliança e o outro, ... eu sempre me esqueço, sou muito esquecido. Aliança, acho que era Zapa, ah! Aliança e Guara-

ni, isso faiz muito tempo e eu era moleque, faz mais ou menos uns 60 anos. Os jogador era tudo gente daqui mesmo, aqui teve muita gente, sempre gente da cidade, teve o prefeito Antonio Pascoal, o prefeito Paulo Braga ... um era o Bótinha, eu não me lembro mais. Aqui teve muitos time pequeno, teve o XV, o Guarani, o XV era amador, o Paulistano, o Bréjinho, Lapinha, Corintinha ... o Corintinha ainda tem aqui, mais acabo tudo."

Durante a entrevista seu Pedro apresentou um material iconográfico imenso e, enquanto tentava se recordar, mostrava fotos e falava dos times passados da cidade, falou sobre o amadorismo de outras épocas e contrapôs à ele o profissionalismo de hoje desta maneira:

"Nóis jogava no campinho ... o cara trabalhava na oficina, ia ficando meio vêio aí acabava. Aí começou a profissionalizá, mas era um bicho pequeno, porque naquele tempo se se falava em 100 cruzeiro era um dinheiro, cê lembra? Acho que faz uns 20 anos, foi, eu acho que foi em 70. Era um bicho, um premiozinho de vez em quando, uma bagatela. Agora hoje voce vê, os Balbo nao dá nada, num tãõ dando nada, é porccaria, que nós num

fomo campeão um porção de vez por causa de verba. Tem uma política aqui que é PDS, PMDB, e eu sou PMDB, e num ajuda. Tem uma política aqui que é PDS e futebol é sempre aquele negócio, num vai em campo, o PDS vai, o pessoal do PMDB não vai. Agora eu sou PMDB mais eu vou, eu ajudo, eu colaboro há mais de 20 ano."

Sua opinião sobre a profissionalização é bastante interessante, do ponto de vista do conhecimento que possui do futebol "pequeno" do interior de São Paulo:

"A profissionalização não atrapalha, não , não acredito que atrapalha. Toda cidade tem um time, pensa que não ganha? Ganha. Cidade pequena ... tem Cravinhos, tem Pitangueiras, e tem cidade que é amador mais ganha pouco, aí eles começa a cair fora, um trabalha no escritório, outro trabalha fora, não pode, tem que treinar."

Estes diferentes ângulos da história do Sertãozinho Futebol Clube cruzam-se com as relações estabelecidas dentro do time atualmente. Política, partidária inclusive, poder econômico e profissionalização, estão intimamente ligadas às questões de primeira ordem no dia-a-dia de um time como o Sertãozinho Futebol Clube.

2- O TRABALHO NO "ESPORTE ESPETACULAR"

2.a- Mercado do "Trabalho Leve"

Como tudo o que se adquire no mercado, a força de trabalho é também mercadoria. A formação de seu preço, como o das demais, dentre outras coisas depende da lei de oferta e procura, é este um dos mecanismos que regulam o valor dos salários dos jogadores de futebol. Todavia, a imagem do jogador de sucesso, que faz contratos milionários, parece ainda persistir no imaginário popular.

Há alguns anos atrás o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE, 1982) realizava uma pesquisa para conhecer a opinião do público acerca da contratação "milionária" do jogador Zico pelo Flamengo Futebol Clube. O resultado da enquête demonstrava um profundo desconhecimento da maioria da população no que se referia às especificidades da carreira de um atleta profissional.

Não se tratava apenas de sondar o pensamento do que o IBOPE considera como "o povo", mas de medir o grau de conhecimento da população acerca de um assunto muito particular: o profissionalismo no desporto, status até certo ponto cobiçado por boa parte dos atletas de "talento".

é particularmente interessante observar, nos resultados da enquete, a proporção de respostas que considera injusto o salário pago ao jogador (62% da amostra), justificando-a pela "vida boa" que o jogador leva.

Certo é também que uma parte das respostas (28%) ia em direção oposta, opondo ao argumento de "vida fácil" a contabilização do tempo e a curta duração da carreira de jogador.

Os resultados desta pesquisa devem ser entendidos à luz do que é conhecido por "trabalho leve". Identificado pelo senso comum como um trabalho fácil de realizar, que não exige grande dispêndio de força de trabalho e nem habilidades cujo aprendizado se dêem por meio de anos de estudo, o trabalho do jogador profissional é desqualificado socialmente.

Mais adiante veremos alguns depoimentos que tomam o mesmo curso de nossa explicação, embora, como também veremos, a vida e o dinheiro fácil não sejam uma constante no exercício da profissão pelos jogadores do Sertãozinho F.C.

Neste clube a profissionalização foi iniciada por volta dos primeiros cinco anos da década de 70, pelo menos foi o que indicaram os depoimentos do Secretário do clube e do ex-presidente, seu Chico Faria. Com a chegada da profissionalização vieram algumas modificações no relacionamento entre praticantes e atividade ludodesportiva, algumas delas dizem respeito a ocupação de posições bastante típicas do mundo do trabalho. Vejamos como isto se processa.

2.b- "Era um contrato de gaveta"

Regulamentado pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e regido pela CLT, o contrato dispõe obrigações e direitos de contratado e contratante. Dos direitos do jogador, um deles é o da aposentadoria que, desconsiderando a insalubridade do trabalho e a duração da carreira, respeita os mesmos parâmetros de outras carreiras profissionais.

O valor dos salários, como é de praxe no mercado de trabalho, varia de acordo com fatores diversos que vão desde a propriedade do passe à demanda por um determinado astro do show do esporte. Para o secretário e ex-presidente do time a escala de salários tem uma explicação bastante curiosa:

"Cada atleta tem o seu valor. Quantos Pelé tem no mundo? Um, e quantos Geraldão? É um monte ... então Geraldão não pode ganhar o que ganhava Pelé. Tem o caso dos garoto que tá começando, mais um dia ele vai ganhar mais."

Vejamos como, na fala dos jogadores do Sertãozinho, são realizados os contratos:

"Assinei meu primeiro contrato com 17 anos, era um contrato de gaveta. Eu era moleque novo, por isso assinei."

O "contrato de gaveta" é uma das maneiras de uma equipe tomar posse do passe do jogador. Geralmente são realizados com jogadores considerados talentosos e ainda fora da idade legal de profissionalização, isto é, quando o jogador ainda não completou 20 anos. As bases em que são acertados estes contratos depende de uma negociação entre o clube e o jogador, ou da intermediação desta transação por um "empresário".

"Esse contrato é uma forma do clube prender o jogador."

Outras trajetórias são possíveis, como esta do atleta "prata da casa":

"Pra começar a jogar no Sertãozinho foi através do seu Alcidio Balbo, que era presidente na época. Eu já jogava nos time da fazenda, daí eu comecei a jogar aqui recebendo salário e morando na Casa do Atleta, tinha casa e comida na cidade."

Atualmente o passe deste jogador pertence ao Sertãozinho FC, que poderá, na temporada de 92, emprestá-lo ou vendê-lo para outro clube pois, é bom lembrar, todos os contratos do time são anuais.

Jogador de outros times, mas iniciado no futebol profissional dentro do Sertãozinho, este outro atleta foi emprestado para diversos clubes como o Platinense do Paraná, e mais "um montão de time", como ele diz. Teve início de carreira da seguinte forma:

"Eu sustento a minha casa, meu pai que é aposentado e mais um irmão pequeno. Tudo no futebol. A gente morava na usina dos Balbo, minha mãe tava viva e o comendador era presidente e me convidou. Eu tinha 20 ano, mais joguei como amador porque não tinha contrato e jogava no profissional e recebia salário."

A negociação de salários, luvas, pagamento de "bichos", moradia, alimentação, assistência médica, material de treinamento está, quase sempre, atrelada à propriedade do passe. Ser o dono do próprio passe é sinônimo de eliminar da carreira a figura do "empresário" (o atravessador nas transações entre o clube e o jogador). Entre os jogadores do time a propriedade do passe é considerada um prêmio.

"O meu passe era da Ponte Preta, que me emprestou até 89. Mas aí eles esqueceram de mandar a carta de contra-proposta para a Federação. Eu queria estar com o meu passe livre, mas a Ponte queria dois milhões e para o meu pai eles venderiam por quinhentos mil,

ai liguei na Federação e vi que o meu passe estava livre porque eles tinham esquecido de mandar a carta-proposta e aí..."

Um jogador em final de carreira comentou a compra de seu passe, por ele próprio realizada, dessa maneira:

"Comprei o passe porque é melhor investir na gente do que dar dinheiro pro clube."

Esta "carta de alforria", que tem sua compra "facilitada" pelos 90% concedidos ao jogador que ultrapassa os 33 anos de idade ainda em atividade, direito adquiridos através da Lei do Passe, garante ao jogador não somente condições mais vantajosas na negociação do emprego, mas uma certa estabilidade no que respeita à "escolha" do local de moradia:

"O jogador de futebol é tipo assim, um aventureiro. Cada dia tá num lugar, então num tem parada um jogador de futebol."

Este é um depoimento que ilustra a vida de muitos jogadores que, "tendo família" (esposa e filhos), vivem em lugares diferentes por uma série de razões como adaptação das crianças na escola, emprego da esposa (segunda renda da família?), local de moradia, etc.

Morar e comer são itens quase sempre incluídos nas "vantagens" da profissão de atleta. O Sertãozinho F.C. não se exime deste artifício para manter seus jogadores alimentados e controlados.

A "Casa do Atleta", uma espécie de pensão mantida pelo clube, aloja os atletas solteiros de outras cidades e os que moram na zona rural. Lá os atletas dividem o lugar à mesa, pois o Sertãozinho F.C. mantém uma cozinheira para as três refeições diárias, os quatro quartos da casa (dois beliches por cômodo) e disputam o espaço do único sofá e os programas noturnos da televisão.

Os atletas que saem dos "times de fazenda" são, praticamente, obrigados a morar na "Casa do Atleta". Porque, para os jogadores que residem com a família na zona rural e preferem manter a moradia familiar têm que dispor de condução própria.

A péssima qualidade do transporte local (ônibus velhos, apinhados e fora do horário) que não atende algumas localidades dentro e fora do perímetro urbano, torna obrigatório o recurso à moradia mantida pelos patrocinadores do time.

A própria diretoria do clube prefere pagar para manter a casa pois, sob olhar vigilante de técnico e cartolas, é mais fácil controlar hábitos e horários dos atletas.

2.d- Quem que vai pagar por isto ?

Pagar as contas da casa , salário, luvas, bichos e outras despesas, é um problema que o Sertãozinho F.C. resolve através de seus patrocinadores (usineiros e comerciantes locais) e prefeitura.

As contribuições o Sertãozinho responde com recibos que poderão ser descontados do Imposto de Renda. Assim explica o tesoureiro do clube:

"Normalmente a importância que dão o Sertãozinho tem um recibo que abate no Imposto de Renda (...) e só da mesma importância que eles colaboram que a diretoria lhe dá recibo. Não só para a indústria, mas também para o comércio. A diretoria do Sertãozinho dá recibo só no valor e se quiser recibo pra abate no Imposto de Renda este recibo vale. Mas é só no valor mesmo que a diretoria dá recibo."

Desdobrando a pergunta, pedimos a ele que discorresse mais sobre o assunto pois não entendíamos como uma modalidade do esporte profissional conseguia descontos na Receita Federal.

"Não, não, não. O Sertãozinho F.C. ele é obrigado, toda organização para tirar o I.R., ele é obrigado a se filiar em três federação amadora. Então é por isto que o Sertãozinho disputa o Campeonato de Juniores, que é amador. O Sertãozinho, tá lá o alvará, ele é filiado em três federação, em tênis de mesa e hóquei. Nós temo treis alvará que o recibo vai tê valor pro Imposto de Renda."

A fala do tesoureiro não é apenas suporte do seu pensamento, não é neutra, mas um meio de produção social, ela é um suporte das representações ideológicas que procura ocultar contradições, justificando atitudes (RICOEUR, 1977). Através de seu discurso ele não só explicou o mecanismo através do qual o clube endossa recibos, como procurou, com toda ênfase, justificar esta prática (legal ?)

Outro motivo para que assim interpretássemos esta fala se deve ao fato de haver uma lei em trâmite na Câmara Municipal, que objetiva regulamentar a isenção de impostos municipais para os "colaboradores do esporte na cidade". Sobre este "novo incentivo para o esporte de Sertãozinho" esclarece o Presidente da Comissão Municipal de Esportes:

"O Dr. Almuça Filho (prefeito da cidade) dá sempre um incentivo pro Sertãozinho F.C..

Ele, por sinal, já foi também juiz da Federação Paulista de Futebol e craque do Sertãozinho. Pra quem não conhece o Dr. Almuça foi ponta esquerda do Sertãozinho. Então ele se empenha em promover o esporte da cidade e ele está incentivando na criação da lei que vai dar desconto sobre o Imposto Predial."

A propaganda pessoal de quem "mexe com o esporte" é utilizada por quem vive a política municipal, mesmo que não ocupe cargo no executivo ou legislativo. É este o caso do maior doador do Sertãozinho:

"O Comendador Alcídio Balbo (patriarca da família Balbo) ele adora isso aqui, tudo o que tem que ser feito no estádio, que é da prefeitura, é à mando do Comendador Alcídio Balbo."

"O Comendador é um homem de bõo coração."

Estas falas do tesoureiro e do jogador, respectivamente, ilustram a função de dominação (RICOEUR, 1977) ocupada pela ideologia. Entendido o discurso como um fragmento material da realidade (BRANDÃO, 1991) vemos, na fala pronunciada pelos sujeitos entrevistados, a manifestação da crença na autoridade do prefeito e do patrocinador. A legitimação do poder que estes exercem depende, em larga medida, desta crença.

2.d- Seguro e outros Bichos

Agora que sabemos como o Sertãozinho F.C. arrecada os recursos necessários à sua sobrevivência, vejamos como resolve os problemas com acidentes de trabalho e pagamento de prêmios.

Nos países em que o esporte já adquiriu status de profissão, os seguros contra acidentes de trabalho são mesmo obrigatórios. No futebol do interior a realidade é outra.

O seguro para acidentes, prática pouco comum entre os times menores, é outro dos evidentes aspectos de incompatibilidade entre a proposta contratual da CBF e as especificidades da carreira de atleta profissional.

No Sertãozinho FC, nenhum dos jogadores possuía seguro, a não ser o que é oferecido no contrato de trabalho: o INSS. A previdência social é realizada nos mesmos moldes que para outras categorias profissionais, não importando sequer um cálculo por insalubridade ou consideração pela curta duração de uma carreira.

"Eu tenho direito à aposentadoria porque a profissão é reconhecida e o contrato é regido pela CLT, tendo os benefícios que todo

trabalhador tem, só que o prazo de aposentadoria é igual que dos outros também."

"A gente tem que pagar porque tá jogando hoje, amanhã, de repente, pode ficar inválido. Então a gente tem INPS pra proteger."

"Nóis temos maus olhos pra nós. Eu acredito em mim, não acredito em político, se um dia eu cair no INPS, eu páro de joga futebol."

Muitos jogadores nem sabem de seus direitos trabalhistas e a fatalidade do acidente em campo é uma presença constante:

"Quando um jogador se machuca? Aí depende do clube, porque isto não é preocupação dos diretores e tem também o INPS, mas tem muito diretor que tem bom coração e olha pela gente."

"Já fizemo jogo em benefício pra ajuda colega nosso. Mais num caso desses o jogador só tem direito à aposentadoria por invalidez."

"Seu cair no INPS e parar de joga bola eu tenho coisas minhas. Minha mulhe tem uma ló-jinha, um supermercado, então o futebol pra mim é uma coisa que eu adoro, mais eu não suporto muito a sem vergonhice que existe dentro do futebol."

"Quando tem uma contusão grave, quinze dias o clube paga, depois fica pelo INPS. A caixinha não funciona pra socorre nestas hora."

O Sindicato dos Jogadores Profissionais é uma entidade pouco conhecida entre os jogadores do Sertãozinho FC., embora muitos sejam filiados. O único jogador que havia recorrido à ele deu este depoimento:

"O jogador não sabe o que o sindicato pode fazer por ele. É uma classe tão desunida que se juntasse tudo quanto é jogador profissional no Brasil, dava pra montar um partido político"

O pagamento de "bichos" (prêmio em dinheiro por vitória e classificação no campeonato) é motivo para certa confusão e atrito entre diretoria e jogadores. Deste conflito obtivemos os seguintes depoimentos:

"É difícil, porque até agora a gente não entramo num acordo com a diretoria ... a gente não sabe como vai sê o bicho, como vai sê pago, né ? Porque nos outros ano era diferente, era na terça feira depois do treino, mais até agora não teve acordo."

"Não teve acerto pro bicho ainda, mais tem que ter acerto logo porque se não tem bicho não tem jogo."

"Os político gosta de aparecer na televisão. Nós trabalhamos e queremos ganhá o que é nosso."

2.f- A Política no Futebol e o Futebol na Política

A política, sempre presente na argumentação dos atores sociais entrevistados, é um assunto do qual poucos falam explicitamente. Este outro jogador diz o seguinte, quando perguntado o que achava da política no futebol e do futebol na política:

"A política não é pra nós. Se o futebol aqui do Sertãozinho tem alguma ligação com a política isso eu não sei, mas aqui tá sendo feito um trabalho muito bom, tá sendo montado um plantel muito bom, então isso colabora com a cidade."

"Todo futebol hoje é tocado em política. Um atleta ele só espera ir bem. O time tá pagando, certo? Aquela coisa toda, por fora não importa pra nós. Qualquer problema que envolve política é dos cartola."

Sobre o mesmo assunto outros jogadores responderam:

"O jogador joga, o técnico treina, os manda chuva cuida da política ... é cada macaco no seu galho."

"A gente sabe que o cartola é assim mesmo, é ele que dá palpite é assim, sempre foi assim no Brasil e acho que isso não vai mudar."

"O futebol é parte integrante da política. Tem pessoas que se aproveita do futebol para se promoverem politicamente."

"Tem político que entra no futebol só para aparecer, pra aparecer na televisão e dá entrevista. Eles que é se promovê, na hora de ajuda o atleta, não ajuda."

"Eu acho que futebol e política não combinam, mas eu acho que não sei se o objetivo de quem pegou o Sertãozinho é política, pra dirigir, foi de política, mais se for também não faiz diferença, quê nós tem que jogá bem, fazê nosso papel no campo."

A utilização de chavões (cada macaco no seu galho), a noção linear do tempo (sempre foi assim), a fala que nega o conhecimento da ligação entre política e futebol, mas ao mesmo tempo explica como ela acontece, são fragmentos que caracterizam a coerência discursiva, cuja função é dissimular contradições no processo de autorepresentação que os sujeitos constroem para

justificar suas ações e situação social.

2.9- Ossos do Ofício

Entre a aceitação e representação de uma posição social aos problemas particulares da profissão, há sempre a ameaça de não encontrar colocação no mercado de trabalho no ano seguinte. A expressão dessa ameaça podemos encontrar no preparo físico, na performance exigida pelos contratantes.

Eis o que chamam férias:

"O campeonato tem várias fases, no ano passado nós não classificamos para a 3ª fase. Eu fiquei seis meses em casa treinando sózinho. Se a gente faz o campeonato todo, as férias dura um mês."

"Ao término do contrato tem férias de dois meses, mas já não tem férias de final de semana porque sábado a gente vai pra concentração, no domingo tem jogo. A gente só tem um tempo pra família se for na segunda-feira, isto se não tiver jogo na quarta."

"As férias vão de 15 de dezembro à 15 de janeiro depois, mesmo sem contrato é preciso manter a forma , porque senão no ano seguinte os empresários sempre procura os que estão melhor. Se não treinar ..."

"Porque nas férias a gente sempre tem que bater uma bólinha que é pra não ficar fora de forma."

Entre os times de futebol, varia o período em que o jogador é autorizado às férias. Geralmente este período depende tanto da classificação do time na temporada oficial e dos jogos amistosos que a diretoria acerta com outros clubes.

Fora do tempo coberto pelo contrato, o jogador deve manter-se em forma pois o corpo é o seu instrumento de trabalho.

2.h- Vida Fácil e Disciplina do Trabalho

Para manter em condições de uso sua ferramenta de trabalho, os jogadores do Sertãozinho F.C. submetem-se a duas seções diárias de treinamentos , durante cinco dias na semana. Sábado é dia de concentração e domingo é dia de jogo. O controle com alimentação não é ostensivo no Sertãozinho FC., embora antes de cada treino haja a pesagem e, na caixinha, o pagamento de multas

para os que ultrapassam o peso ideal, calculado pelo preparador físico.

A caixinha, dirigida por um jogador mais "experiente", designado pelo técnico, representa a somatória das diversas multas. Um jogador pode ser multado, em valores variados, por diversas causas:

"Tem vários sistemas que a gente não pode fazer e aí recebe multa. Como o tipo chegar atrasado em alguma reunião, chegar atrasado no almoço, no treino, faltar do treino ... e a gente paga que é pra ter uma disciplina no clube."

Outros controles são exercidos fora do horário de trabalho:

"A gente só bebe na 29 feira que é dia de folga. A partir da 30 feira, que a gente entra pra trabalhar, em campo tem que esquecer ... o diretor mesmo dá liberdade de beber em qualquer lugar, nos dias de folga. Mas há vários torcedores com a cabeça fraca que, se vê a gente bebendo na 29 feira, no domingo vai no campo e começa a cobrar, começa a gritar que a gente tava no bar tomando e isso é negativo, entende?"

"Você pode sair e fazer o que você quiser, mas na hora que tá em campo tem que fazer o

que o treinador mandar. Na hora do jogo, tem que jogar. Ele [o jogador] tem que prestar atenção no que ele faz. Então é o que eu tô falando, o atleta profissional é muito visado, eles não pode ver a gente tomar uma cerveja que eles acham que é proibido. Se o torcedor não cuidasse tanto da gente, era melhor pra nós."

"Quem determina o horário de dormir é o presidente da caixinha, diretores, técnico. Por exemplo, aqui nós não tem telefone, então o diretor sempre passa pra ver se nós támo precisando de alguma coisa e já dá uma olhada."

O controle, fora do campo, é mediado por uma hierarquia. O diretor dá satisfações ao patrocinador, devendo, portanto, cuidar da imagem do time; o técnico, por sua vez, responde pelo desempenho do jogador no nível da performance. Do mesmo assunto o técnico do time apresentou esta visão:

"O jogador profissional deve, primeiro, gostar bastante do que está fazendo, porque o futebol exige bastante do ser humano, tem que gostar muito ... não pode beber, não pode fumar, tem que treinar com bastante seriedade, tem que se cuidar principalmente fora do

campo, comer bem, porque hoje o seu corpo vai ser a sua ferramenta de trabalho."

A concentração, sempre realizada na Fazenda Santa Helena, de propriedade do Grupo Balbo, é um local onde não é permitida visita de espécie alguma, o horário de sono é demarcado pelo corpo técnico, as diversões são vigiadas e a alimentação também, embora no período semanal de treinamentos não haja qualquer planejamento nutricional.

"Na concentração voce vai pra descansar e relaxar o corpo, esperando o jogo. Não pode beber, comer demais, bater um samba depois das dez, ver televisão e ouvir rádio até tarde, não pode ter relações sexuais."

"Quando é dez horas, na concentração, é proibido ver televisão, rádio, que a concentração é lugar da gente dormir, que é pro dia seguinte acordar cedo."

É óbvio que a atividade desportiva de alto rendimento exige uma disciplina. O problema é a maneira como ela é aceita pelos jogadores.

Na "Democracia Corinthiana" a necessidade da concentração e suas proibições foi assunto para infindáveis discussões entre atletas e dirigentes.

No Sertãozinho F.C. a aceitação passiva dos "habitos" da concentração, a dissimulação da autoridade que permite e proíbe,

revelada na fala repetida com insistência por personagens diferentes, parece demonstrar uma das funções que a ideologia ocupa.

O controle, o disciplinamento, que ultrapassa as horas pelas quais o jogador é pago para apresentar suas habilidades e exercer seu papel no show, tem que ser explicada por outro mecanismo que não só o da coação econômica.

Para trabalhar estas horas extras, pelas quais não recebe um centavo a mais, o jogador precisa acreditar que o que ele está fazendo é realmente necessário.

Ao mesmo tempo em que o clube se vale de sanções econômicas para impingir a disciplina aos atletas, a prática de fazer o jogador trabalhar mais do que aquilo por que é pago, legitima-se na crença de que "aquele sistema de coisas" é bom para eles.

Confiando em que a ordem e a disciplina, impostas pelo técnico e dirigentes, são necessárias para o bom exercício de sua profissão, o jogador justifica para si sua submissão à uma autoridade que lhe é superior.

Esta autoridade, assentada na sedimentação e na competência que é atribuída à determinada posição social (quem fala, fala de algo e de algum lugar determinado), consegue se legitimar na medida em que os jogadores passam a acreditar na idéia de que o que ela faz "é para o nosso bem".

Os enunciados "(...)a gente já sabe o que é bom pra gente", "a gente tem responsabilidade", parecem trazer implícita a imputação ao jogador de responsabilidade exclusiva sobre seu preparo

físico e desempenho na partida.

Representando para si a condição de sua responsabilidade em relação aos objetivos do time, que são também os do patrocinador, vemos o jogador absorver por completo uma causa que pode lhe parecer estranha. A vitória passa a ser entendida como dependente de sua motivação, de sua competência.

Esta idéia e autorepresentação tem a função de estimular a perpetuação da prática de trabalhar sem receber e de submissão à determinações extrínsecas.

O jogador, agindo assim, tende a legitimar a ordem articulando, em seu discurso, o espaço da realidade de modo a construir para si uma representação de seu cotidiano onde não emergem contradições.

A coerência de seu discurso não é abalada pela contradição de que foge ao seu alcance controlar variáveis tais como tecnologia desportiva, planejamento nutricional e acompanhamento médico, condições e qualidade de vida (habitação, alimentação, vestiário, educação, transporte, etc.).

Procedendo assim, o atleta aceita o que lhe é dado como uma condição natural das coisas, ordenadas de forma imutável.

2.1- A Hierarquia

A hierarquia dentro de um time de futebol pode mudar segundo diversas variáveis, uma delas pode ser a ligação entre os patrocinadores e posição que ocupam tanto no que se refere à política local, quanto à situação em que estes patrocinadores ocupam nas relações econômicas.

O secretário do Sertãozinho definiu desta maneira a relação entre patrocinadores e o time:

"Hoje o Sertãozinho, a Prefeitura, através do Dr. Almuça Filho e o vice-prefeito José Elias, que é presidente do Sertãozinho hoje, recém nomeado presidente, colaboram bastante, as usinas Santa Elisa, Albertina e o Grupo Balbo, esses sempre com o Comendador Alcídio Balbo na cabeça, são os que mais trabalha em pró do Sertãozinho. As indústria, o comércio e alguns particulares que colaboram, né? Porque a maior parte dos diretores aqui não tem salário, deixa os seus afazeres é por amor à equipe mesmo, deixa o fim de semana, a mulher, que a mulher é sempre a primeira a reclamar e que começa a briga, porque reclama que não tem tempo pra mim, mais tem pro futebol. Então são um grupo de abnegados que mexe com o futebol, que toca o futebol."

O Sertãozinho não tem quadro associativo, o financiamento das despesas do time são cobertos em cerca de 80% pelas usinas, a Prefeitura cede o Estádio Frederico Dalmazo com exclusividade para o time e oferece transporte para os jogos, o restante é angariado entre torcedores. A alimentação na Casa do Atleta é disso um exemplo. A comida, em boa parte, é doada por algum estabelecimento comercial e o material esportivo, com emblema da Usina Santa Elisa, é ofertado pela prefeitura e pelo Grupo Balbo. O dinheiro doado é abatido no Imposto de Renda.

Quem tem poder econômico e político, parece possuir a voz de autoridade, é que as "satisfações" são devidas, primeiramente, aos patrocinadores. A cartolagem apita mais forte, pelo menos é o que se pode concluir desse contraditório depoimento do técnico:

"Presidente é responsável pelo clube, o técnico é responsável pelos seus jogadores. Eu não sigo opinião nem do presidente, nem do diretor, se eles não gostarem do meu trabalho eles podem me mandar embora."

Mais adiante ele afirma o seguinte:

"Cartola não entende de futebol e fica dando palpite. Só por ser presidente ele acha que tem autonomia de mandar e de interferir. Eu acho que no futebol tinha que trabalhar as pessoas que são desse meio, mas infelizmente

não é assim, voce é julgado por um cartola que nem sabe o que é futebol."

O Diretor da Divisão de Esportes da Prefeitura Municipal da cidade dizia que o futebol era prestígio para Sertãozinho e "quem investe, cobra."

Desta hierarquia os jogadores disseram o seguinte:

"Infelizmente o futebol hoje tá uma decadência terrível. Atletas tem muitos, não são os atletas, mas depois que inventaram esses medalhão, aqueles que cuidam do futebol, esses deiz que tomam conta, fizeram o futebol entra numa decadência. Nosso futebol é mal organizado, é o mais atrasado do universo"

Sobre a democratização das relações de trabalho as opiniões iam na seguinte direção:

"Infelizmente o futebol brasileiro ainda não está preparado para isto, não só o presidente, o diretor, mas todo mundo... pode ser o jogador, o técnico. Se eu mando, você tem que obedecer, ainda não há uma democracia."

Em certo sentido, a emissão deste juízo ocupa, no conjunto de suposições pertinentes à ideologia, uma função bem definida.

Ao dizer que as relações de poder não estão se redefinindo no Sertãozinho F.C. porque "o futebol não está preparado para isto", o treinador do clube nega a dinâmica dos processos so-

ciais.

No limite este modo de entender o tempo e o papel histórico do homem, que faz a história sobre condições pré-determinadas, rejeita modificações e as contradições que delas poderão resultar.

Em "se eu mando você tem que obedecer", o técnico joga toda carga de autoritarismo e intolerância que são inerentes à autorrepresentação que faz da posição que ocupa em seu trabalho, quer dizer, da maneira como é organizado.

No outro pólo das relações hierárquicas vemos que nas negociações estabelecidas entre o patrocinador e os jogadores, diferem das travadas nas relações empregado-patrão, onde há organização institucionalizada das partes envolvidas. No campo esportivo estas se mostram, sobretudo, amoldadas às representações paternalistas:

"O Comendador Alcídio Balbo é pra nós como um pai, ele é que leva o time do Sertãozinho pra frente, por isto ele tem direito de mandar."

"O seu Alcídio é como se fosse um pai pra nós, porque jogador de futebol tem mais do que a obrigação, não pode beber, não pode fumar devido aos treinamentos, devido às horas erradas. Então o diretor, o seu Alcídio tem o direito de chamar a atenção porque

eles pagam pra fazer aquilo que eles querem e se nós pisá na bola com eles, tem como base nos repreendermos e até nos multarmos, multa de jogador faze algazarra na cidade."

Respalado pelo poder político e econômico, investido dos direitos de quem paga pelo que compra, o mecenas do Sertãozinho, patriarca do Grupo Balbo, representa o topo da hierarquia dentro do time na posição de presidente.

Abaixo de sua autoridade vêm, numa relação mais complexa porque há sempre a disputa e o conflito são latentes, estão os "medalhões" (a diretoria) e o corpo técnico.

Composta por comerciantes, proprietários rurais, profissionais liberais que prestam serviços ao clube e políticos, a diretoria disputa o poder de escalar jogadores com o corpo técnico (preparador físico e técnico). Este, por sua vez, reclama não só o que julga de sua competência, como, auxiliado pelos diretores, determina disciplina dos jogadores, tanto em campo como fora dele.

Ocupando o último escalão, os jogadores mais acatam do que decidem. Contratados pelo trabalho que executam em campo, limitam-se a discutir os assuntos que se referem à sua situação financeira.

3- CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO ESPETÁCULO

Têm razão os que desconfiam da transposição de esquemas analíticos, para os esportes, trazidos de países onde são maiores os avanços tecnológicos e a situação em relação à acumulação de capital é diferente.

O motivo desta colocação está no fato de que a transferência de técnicas para os esportes, no Brasil, sofre as mesmas determinações que qualquer outro tipo de implantação tecnológica no país.

A formação e aperfeiçoamento de profissionais do esporte limita-se em consequência de fatores múltiplos. As condições de iniciação desportiva são disso um exemplo, vejamos como ela ocorre no Sertãozinho F.C e na Comissão Municipal de Esportes:

"Jogá futebol a coisa é nata, jogá futebol ninguém ensina, o garoto já nasce sabendo jogá futebol. Você aperfeiçoa, mas você não ensina. Isso é que nem cantá, qui nem tocá violão (.....) Então o futebol

é mais ou menos isto e não aprende. Não existe escola pra fazê jogá futebol, quem fala que tem escola que ensina é mentira. O futebol normalmente o garoto é filho de pobre, que rico tem um monte de divertimento e não vai atraís de jogá bola, então o pobre começa a jogá no campinho, no morro, então lá vai saí o jogador de futebol. Ele começa com 15, 12 ano, você vê que o garoto já tem uma noção do que ele vai saí ou não jogador de futebol, é assim no olho."

A esta análise do secretário do Sertãozinho FC, soma-se o fato da política de esportes da C.M.E. não apresentar nenhuma alternativa de iniciação desportiva para a população, a não ser um patrocínio para a equipe infantil de hóquei sobre patins, esporte cujo material necessário pode ser encontrado por um preço nada módico o qual, de chofre, exclui a maioria da população de sua prática.

A política de esportes da Prefeitura se limita a bancar parte dos gastos do time profissional do Sertãozinho FC., patrocinar junto com a Coca-Cola o time de hóquei e organizar os campeonatos das 14 equipes amadoras de futebol e das outras 8 ou 9 equipes de "Fora de Forma" (jogadores com mais de 34 anos de idade). A organização destes campeonatos é realizada pela Liga Sertanezina de Futebol, segundo nos informou o diretor municipal

de esportes.

Em resumo, tirando a organização de competições para os times amadores, a Prefeitura não desenvolve nenhum tipo de programa de iniciação desportiva ou de atividades de lazer para a população.

O técnico do time, queixando-se da precariedade das condições de trabalho disse, sobre iniciação desportiva, o seguinte:

"O ideal é ter condições de trabalho que nem no Matsubara. Eles têm um ginásio poliesportivo, 4 ou 5 campo de futebol, piscina, psicóloga, departamento médico, período de estudo certo, porque estudá é importante pro jogador, pra ter profissão e entender o que o técnico fala pra ele fazer, transporte, alimentação. Hoje o Matsubara trabalha com 150 garoto, é o time que mais vende jogador no Brasil, mas infelizmente isto não tem no Sertãozinho. O Bragantino também é um exemplo, eles tã formando o time há mais de treis anos."

A realidade do Sertãozinho é bem outra. Seus jogadores ou aprendem a jogar futebol no "campinho da fazenda", ou são comprados de outras equipes. Todo início de temporada o clube monta um time diferente.

Por isto a rotatividade, como já comentamos, é alta entre os jogadores, mas o é também para o corpo técnico. Treinador e preparador físico estão na mesma corda bamba e, se há necessidade de contratação permanente de nova mão de obra, há, todavia, uma carência muito grande de melhor preparo técnico para os professores de Educação Física envolvidos neste mercado de trabalho:

"O clube não paga cursos de aperfeiçoamento porque é mais importante trabalhar para o time crescer durante o campeonato. Quando eu vejo um jogo internacional na televisão eu presto atenção, porque a gente sempre tira alguma coisa de bom." (depoimento do técnico)

Departamento médico, outro problema do clube, não há. Os médicos que atendem os jogadores são "médicos da confiança", médicos da cidade que não cobram pelo trabalho que realizam, mas que não têm nenhuma especialização em medicina esportiva.

Planejamento nutricional, nem pensar. O cardápio das três refeições diárias oferecidas na casa do atleta é elaborado pela cozinheira de acordo "com o que têm na dispensa". A comida, assim como os uniformes e material esportivo, vêm da "ajuda dos colaboradores" (expressões da cozinheira).

Esta rotina muda um pouco nos dias de concentração. À base de amido e carboidratos o preparador físico (estudante de Educa-

ção Física na UNAERP) prepara uma lista do que vai ser servido nas refeições da véspera dos jogos.

Sobre aparelhagem para condicionamento físico a situação não é muito diferente. A família Biaggi (usineiros da região), cede o ginásio do Engenho Central. Desprovido de recursos básicos (os altileres são feitos com latas de cimento) é ali que os jogadores fazem "física".

4- A REPRESENTAÇÃO DA PROFISSÃO

Na representação que os próprios jogadores fazem de sua profissão observamos como a ideologia, materializada nos discursos de nossos protagonistas, responde pela função de mediar a integração e a coesão do grupo.

A maneira como entendem os perigos da profissão e sua desqualificação social (noção de trabalho leve), encontram neutralizante na supervalorização que fazem de seu papel diante da torcida.

A pretensa autodenominação de "artistas", parece situar o jogador profissional numa posição que a própria lógica do trabalho no esporte não lhe permite.

Talvez a necessidade de autovalorização de sua prática profissional, o temor que o reconhecimento dos perigos a que está sujeito poderia provocar e a consciência da submissão à determi-

nações próprias do mercado onde atua.

Determinações estas que o afastam tanto do status desejado de "artista da pelota", "artista do povo". As razões deste afastamento podem ser encontradas nas características que o esporte por trabalho adquire em sua forma social de produção.

Diferente das artes que, mesmo quando mercadorizadas, não prescindem de qualidades como a criatividade e imaginação, representação e símbolos, invenção, etc., e cujo trabalho consiste exatamente em se apropriar de imagens, sons e fatos históricos, reelaborando-os sob a forma de música, quadros, filmes e peças (BASTIDE, 1987), o esporte profissional tende a se tornar uma atividade em que o jogador perde sua autodeterminação.

A evolução dos processos internos ao campo esportivo, como demonstrado no caso do Sertãozinho F.C., nos leva a crer que, mesmo sem tecnologia avançada de que outros times dispõem, os elementos identificados com o trabalho comportados na produção do espetáculo esportivo transformam o status do jogador profissional não em "artista", mas em "peão da diversão dominical".

Concluído este capítulo vamos ver como esta autoimagem aparece no discurso dos jogadores:

"O jogador já nasce com aquele dom. A gente sofre bastante, porque tem muita gente que vê a gente só no domingo e acha que a profissão de atleta profissional é mil maravilhas, mas a gente tem que trabalhar bastante

também, como qualquer trabalhador."

"Um artista tem que ganhar bem. Nós trabalhamos, nós somos punidos, somos chingados, mas ninguém vê aquilo que a gente ganha no final do mês. Nós trabalhamos é sol, é chuva, nós somos artistas e mal pagos."

"Eu acho uma profissão muito ingrata, porque ao mesmo tempo jogador pode jogar 20 anos, como também pode jogar 30 minutos, 2 minutos. Eu tenho muito problema com relação a isto. Pro meu sogro, pra ele jogador de futebol é vagabundo. Eu acho a vida de jogador muito ingrata, porque se hoje você sai com uma garotinha ela já fala _ Ah! Você é jogador de futebol ? então você deve não fazer nada, deve ter muito dinheiro _, mas se você conviver com nós, você vai ver que nós soa mesmo pra ganhar o pão de cada dia."

"É uma maravilha, você se apaixona pelo futebol, o futebol só me traz alegria. Você vive no meio do povo, você é um artista, então é por isto que eu gosto da minha profissão. Você trabalha a semana inteira pra que você faça um espetáculo bonito para o povo."

"Futebol é a única diversão do povo e somos nós os artistas da pelota."

CONCLUSÃO

Iniciamos nosso estudo procurando encontrar uma chave para explicação do problema da distinção, do ponto de vista do jogador, entre a prática esportiva que se releva sob a forma de mercadoria, da que não se realiza nos parâmetros da produção.

Concluimos, do debate com autores que estudam o fenômeno esportivo sob a ótica de seus processos sociais, que deveríamos abordar a questão buscando evidenciar suas especificidades em relação ao conjunto das determinações que o mercado presecrve ao seu processo de produção.

Tomando a necessidade de caracterizar as diferenças na prática esportivas como ponto de partida, discorreremos sobre o assunto refletindo as consequências que o processo de mercadorização da ação motriz trouxe ao esporte, transformando-o em espetáculo.

De maneira geral, são parte das consequências deste processo a introdução de tecnologias, que tendem a incorporar ao esporte profissional técnicas e táticas com o fim de aperfeiçoar e melhorar a performance, reduzindo as possibilidades de invenção e criação de novos esquemas de ação motriz.

Ainda dentro das determinações mais gerais de funcionamento do campo de produção esportiva, colaboram para o avanço desta

tendência o enrijecimento e rigor da aplicação das regras, a estruturação da organização burocrática do clube, especialização de funções, hierarquia de posições, correspondida à outra de salários, introdução da noção de utilidade para o tempo (conforme as regras do mercado), subordinação das ações executadas pelos jogadores à uma autoridade e interesses extrínsecos à lógica do jogo, etc.

A compreensão deste quadro, e sua comprovação empírica, tornou oportuna uma distinção entre a prática esportiva profissional de outra realizada por lazer através da negação de qualidades, pertinentes à produção da mercadoria, as quais a prática de esportes por lazer não comporta.

Ou seja, detectando elementos do trabalho presentes no esporte-espetáculo, pudemos projetar qualidades pertinentes à ele para o esporte de lazer e então percebermos que no esporte de lazer estas características não poderiam estar incorporadas. O fato é que a motivação para a prática esportiva de lazer não se relaciona ao interesse imediato da venda de força de trabalho.

Mas a aplicação da referência analítica elaborada neste estudo, à pesquisa de campo revelou, além da constatação da diferença entre esferas relativamente autônomas no interior do campo esportivo, que a reprodução da prática esportiva profissional deveria ser autojustificada pelos que a praticam de maneira a que não ficassem evidentes seus traços de exploração do trabalho.

Utilizando o depoimento dos jogadores como matéria da pesquisa empírica, verificamos que para produzir o espetáculo esportivo eles precisam justificar para si próprios o papel que a sociedade lhes atribui.

Sob a singularidade de uma profissão cujo instrumento de trabalho é o próprio corpo, os atletas têm que respeitar uma disciplina que para ser suportada deve ser autoexplicada como "boa" para eles.

Entre os depoimentos analisados encontramos não só a cristalização de formas da realidade objetiva, por meio das quais chegamos a identificar os elementos do trabalho no esporte, mas também a autorepresentação que os jogadores têm da disciplina de trabalho, do papel de outros sujeitos da produção (políticos e cartolas), da desqualificação social de sua profissão, das injustiças sociais cometidas em seus direitos trabalhistas, dos perigos que enfrentam em relação aos acidentes de trabalho.

A consciência imediata que têm de sua condição profissional deve, por eles próprios, ser autojustificada para que permaneçam executando seus papéis no espetáculo esportivo. Por isto, auto-representam-se como "artistas", mesmo quando a profissão que exercem praticamente perdeu os vínculos com a imaginação e a reelaboração dos processos sociais sob a fórmula dos símbolos.

A análise do discurso por eles produzido fez entendermos que a ideologia ultrapassa os limites de classe, que ela não é privilégio exclusivo de uma classe que dela se serve para domi-

nar as demais.

Ao contrário, a ideologia permeia toda a estrutura social, porque é necessária à coesão do grupo e à perpetuação de determinadas práticas sociais.

Entre os jogadores do Sertãozinho F.C. a ideologia é redimensionada no sentido de possibilitar o exercício da profissão, permitindo suportar as pressões sociais que sofrem no trabalho.

NOTAS

INTRODUÇÃO

1- O estudo "A Loucura do Futebol" (LEVER, 1982), "Política de Esportes no Brasil" (MANHAES, 1987), "Os Gaviões da Fiel e água do Capitalismo" (TADEU, 1986), são alguns dos poucos trabalhos que podem figurar como estudos sociológicos do esporte desenvolvidos no país.

2- Como representantes desta "corrente" que procurou uma saída para o problema apontado poderíamos citar Lino Castellani Filho, Paulo Ghiraldelli Jr., Kátia Brandão Cavalcanti, entre outros.

3- O estudo sobre Esportes para Todos (EPT, um Discurso Ideológico) de Kátia Brandão é disso um exemplo. As citações de Jean Marie Brohm (Sociologie du Sport) são feitas quase sem critérios de aproveitamento do texto e a confusão entre fenomenologia e materialismo histórico-dialético tornam-se uma constante em seu trabalho.

4- Segundo denominação empregada pelo Professor Manuel Sergio Vieira e Cunha (anotações de curso/1988)

5- LUCHEN E WEIS (1976), identificam o aparecimento do termo Sociologia do Esporte a partir de 1921

6- Concordando com Henri Lefèvre (Odireito à Cidade, 1979) somos de opinião que os exercícios de prospecção são do domínio das ações coletivas. Cabe ao cientista elaborar críticas e alternativas, mas, na sociedade democratizada, é a coletividade quem discute o projeto de sociedade a ser implantado.

CAPÍTULO I

1- Projeto "O Bóia Fria e suas Condições de Vida, Trabalho e Luta", coordenados pelas Drs. Maria Aparecida Moraes e Silva e Vera Lúcia Botta Ferranti, UNESP-Araraquara-SP. Participação ocorrida no trabalho de pesquisa de campo durante os anos de 1987 e 1988.

2- Entendemos que a entrevista semi estruturada é mais flexível e aberta à situações imprevistas no correr da realização de perguntas. Ela deve ser encaminhada segundo um roteiro prévio, mas este não impede que assuntos de interesse da pesquisa sejam percorridos com mais vagar.

CAPÍTULO V

1- As entrevistas foram concedidas no período de 10 à 25 de março de 1991. Optamos pela omissão de nomes para garantir o sigilo da pesquisa. Na necessidade de identificação os sujeitos sociais foram enquadrados em grupos, dependendo da função que exerciam no clube.

BIBLIOGRAFIA

- ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia: 2a. edição. São Paulo. Mestre Jou. 1982.
- ARISTÓTELES. A Arte Retórica: Trad. Antônio de Carvalho: S. P.. Difel. 1964.
- AZEVEDO, Fernando de. Da Educação Física. O que ela é, o que ela tem sido e o que ela deveria ser: S.P.. Ed. Melhoramentos. 1960.
- BASTIDE, Roger. Sociologia da Arte. São Paulo. Ed. Moderna. 1987.
- BERGER, P. LUCKMAN, T. A Construção Social da Realidade: Petrópolis. Vozes. 1987.
- BOURDIEU, Pierre. Como é possível ser esportivo?. in: Questões de Sociologia: R.J.. Ed. Marco Zero. 1983.
- . "O Campo Científico". in: Pierre Bourdieu: Coleção Grandes Cientistas Sociais (v. 39): S.P.. Ed. Ática. 1987.
- . Choses Dites. Paris. Editions de Nuit. 1987.
- BRACHT, Valter. Esporte e Poder, conferência apresentada no 6o. Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte: Brasília, a Helena H. N. Introdução à Análise do Discurso. Campinas. Ed. UNICAMP. 1991.

BRAVERMAN. HARRY. Trabalho e Capital Monopolista: A degradação do trabalho no Século XX; Rio. Ed. Guanabara. 1987.

BRUHNS. Helosa T. A Dinâmica Lúdica; Campinas. fe/UNICAMP (tese de mestrado). 1989.

BRUYNE. Paul. et alli. Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais; Rio. Ed. Francisco Alves. 1977.

BUSSAB. Wilton O. e MORETTIN. PEDRO A. Estatística Básica; São Paulo. Ed. Atual. 1987.

CAMARGO. Luiz O. de L. Lazer nas Empresas: Tendências de um novo D.R.H. in Lazer e Esporte na Empresa; Brasília. Min. da Educação e Secretaria de Ed. Física e Esportes. 1990.

-----, O que é Lazer; S.P.. Ed. Brasiliense. 1986.

CAVALCANTE. Kátia Brandão. Esporte para Todos: Um Discurso Ideológico; S.P.. Ibrasa. 1986.

CHAUI. Marilena. O Que é Ideologia. São Paulo. Ed. Brasiliense. 1984.

-----, Conformismo e Resistência: Aspectos da Cultura popular no Brasil; S.P.. Brasiliense. 1986.

-----, Cultura e Democracia. São Paulo. Editora Moderna. 1988.

COSTA. Lamartine P. Fundamentos do Lazer e Esportes na Empresa. in: Esporte e Lazer na Empresa; Brasília. Min. da Educação/Secret. de Educação Física e Esportes. 1990.

CRISTAN. Mara Lucia. A Relação Sujeito/Objeto na Construção do Conhecimento em Educação Física. 6 Congresso Brasileiro de

- Ciências do Esporte. Brasília. 1989.
- CUNHA. Manuel Sérgio Viera e. Educação Física ou Ciência da Motricidade Humana?: Campinas. Papirus. 1989.
- , . Para uma Epistemologia da Motricidade Humana: Prolegômenos a uma Nova Ciência do Homem. Lisboa. Ed. Compendium. s/d.
- DARTON. Robert. O Grande Massacre de Gatos e Outros Episódios da História Cultural Francesa: Rio de Janeiro. Ed. Graal. 1986.
- DEJOURS. Christophe. A Loucura do Trabalho: S.P.. Ed. Cortez. 1987.
- DUMAZEDIER. Joffre. Sociologia Empírica do Lazer. São Paulo. Ed. Perspectivas. 1977.
- ECO. Humberto. Huizinga e o Jogo. in- Sobre os Espelhos e Outros Estudos. Rio de Janeiro. Ed. Nova Fronteira. 1989.
- ENGELS. Friedrich. Sobre o papel do trabalho na Transformação do Macaco em Homem. in: Marx-Engels: Obras Escolhidas: S.P.. Ed. Alfa-Ômega. s/d.
- ENGELS. F. e MARX. K. A Ideologia Alemã (Feurbach): 6a. ed.. São paulo. Hucitec. 1987.
- FERREIRA. Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário Aurélio: 1 ed.. Rio. Ed. Nova Fronteira. s/d.
- FREIRE. Paulo. Criando Métodos de Pesquisa Alternativa: Aprendendo a Fazê-la Melhor Através da Ação. in: Pesquisa Participante (org. Brandão. C.R.): S.P.. Brasiliense. 1981.

- FRIEDMAN, Georges. O Trabalho em Migalhas: Especialização e lazer: S.P., Ed. Perspectiva, 1972.
- FILHO, Mário. O Negro no Foot-Ball Brasileiro: Rio, Ed. Irmaos Focetti, 1947.
- GORZ, André. O desportismo de Fábrica e Suas Consequências, in: Crítica da Divisão do Trabalho: São Paulo, Martins Fontes, 1980.
- HOBSBAWN, ERIC J. Mundos do Trabalho: Novos Estudos Sobre História Operária: Rio, Ed. Paz e Terra, 1987.
- , . Trajetória do Movimento Operário, in: Revista Trabalhadores, (2): 1-40, Campinas, Fundo de Assistência à Cultura, 1989.
- HUIZINGA, Johan. Homo Ludens: S.P., Perspectiva, 1980.
- I.B.O.P.F. Pesquisa de Opinião Sobre o Contrato do Jogador Zico Rio de Janeiro, 1982.
- LENHARO, Alcir. Sacralização da Política: Campinas, Papirus/ Ed. UNICAMP, 1986.
- LENK, Hans. Deport, Sociedad, Filosofia, in: Altius, Citius, Fortius: Madrid, Instituto Nacional de Educação Física, 1972.
- LOYOLA, Francisco de A. H. O Aniversário do Sr. Getúlio Vargas, in: Revista Brasileira de Educação Física (78): 31. S.P., abril/1944.
- LUSCHEN, G. e WEIS, K. Sociologia del Deport: Valladolid, Ed. Minon, 1976.
- MAFFESOLI, Michel. A Lógica da Dominação: Rio, Zahar, 1978.

MARCELLINO, Nelson de C. Lazer e Humanização: Campinas, Papirus
1983.

MARCUSE, Herbert. Razão e Revolução: Rio, Paz e Terra, 1978.

MARGLIN, Stephen. Origem e Funções do Parcelamento das Tarefas
(para que servem os patrões?), in GROZ, A. (org.): Crítica à
Divisão do Trabalho: S.P., Martins Fontes, 1980.

MARINHO, Inezil Penna. História da Educação Física no Brasil
(exposição - bibliografia - legislação): S.P., Gráfica Latina
s/d.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. Livro 1: (I)
Processo de Produção do Capital. vol.I: S.P., Difel, 1985.

----- . Da manufatura à fábrica automática, in: Gorz, A.
(org.): Crítica da Divisão do Trabalho: S.P., Ed. Martins Fontes,
1980.

----- . Trabalho alienado e superação positiva da auto-alienação
humana (Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844), in
Marx-Engels: Coleção Grandes Cientistas Sociais, (36), (org.
de Fernandes, Florestan): S.P., Ed. Ática, 1984.

MATTA, Roberto da. Futebol: Ideologia do Poder: Rio de Janeiro
Ed. Moderna, 1984.

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo, in Sociologia e Antropologia:
S.P., Ed. Ática, 1985.

MENDONÇA, Nadir Domingues. O Uso dos Conceitos: Uma Questão de
interdisciplinaridade: Petrópolis, Vozes, 1988.

MORAES NETO, Benedito R. Marx, Taylor, Ford: Uma Discussão sobre as Forças Produtivas Capitalistas; Campinas, IE/UNICAMP (tese de doutoramento), 1984.

MOREIRA, M. F.P. e RAGO, L.M. O que é Taylorismo; S.P., Brasiliense, 1984.

RICOEUR, Paul. Interpretação e Ideologias. (org: Hilton Japiassu). São Paulo, F. Alves, 1977.

TADEU, Benedito César. Os Gaviões da Fiel e a Revolução do Capitalismo. Campinas, Dissertação de Mestrado - IFCH/UNICAMP, 1985.